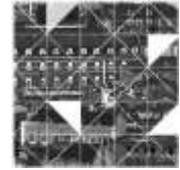

CIDADES, Comunidades e Territórios



Logradouros do Montepio Geral.

Heranças e Contextos na Avenida Alferes Malheiro e na Estrutura Verde do Bairro de Alvalade (1940-1970).

Jorge da Rosa Neves¹, DINÂMIA 'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Paulo Tormenta Pinto², DINÂMIA 'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Resumo

A construção do Bairro de Alvalade entre 1945 e 1970 gerou importante património arquitetónico e urbanístico, testemunho da transição entre a arquitetura do Estado Novo e a arquitetura influenciada pelo Movimento Moderno. Este período, coincidiu com a afirmação profissional e social da arquitetura paisagista em Portugal e com o início da atividade dos primeiros arquitetos paisagistas na Câmara Municipal de Lisboa, da qual resultou intensa atividade projetual segundo a matriz doutrinal de Francisco Caldeira Cabral, de cariz artística, aberta e promotora da dialética interdisciplinar e profundamente ecológica.

Desta conjugação, resultaram espaços urbanos tipologicamente diferentes, entre os quais, os decorrentes da abertura dos logradouros sob os ímpetus do Movimento Moderno e dos valores da Carta de Atenas, tornando o Bairro de Alvalade um estudo de caso, por excelência, para a investigação da relação interdisciplinar entre a arquitetura e a arquitetura paisagista em Portugal e, em particular, do contributo desta neste processo. No contexto desta relação, a arborização dos arruamentos e o ajardinamento dos logradouros do Bairro, assentes sobre o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (atual Avenida do Brasil) e dos planos que se seguiram, permitiu construir uma estrutura verde consistente e com importância para a cidade.

A Avenida Alferes Malheiro incorpora intensa e complementar sucessão de projetos de arquitetura e de arquitetura paisagista elaborados entre as décadas de 1950 e 1970, cuja concretização contribuiu decisivamente para a ligação entre o Campo Grande e a Mata de Alvalade (atual Parque José Gomes Ferreira) e posteriormente para a implementação do Corredor Verde Central da Cidade de Lisboa.

Na perspetiva do estudo da dialética projetual entre a arquitetura e a arquitetura paisagista e do seu contributo para a Estrutura Verde do Bairro de Alvalade, o artigo observa o “Projeto dos Ajardinados dos

¹jorge.gabriel.neves@iscte-iul.pt

²paulo.tormenta@iscte-iul.pt

Logradouros do Montepio Geral” no contexto da arborização e do ajardinamento da Avenida do Brasil, bem como na sucessão das experiências ocorridas nos conjuntos habitacionais da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, do Bairro das Estacas e da Avenida dos Estados Unidos da América. No seu conjunto, estes projetos, constituíram o ponto de charneira no processo de abertura dos logradouros em Alvalade, a partir do qual as valências lúdicas colocadas em projeto suplantam definitivamente a organização funcional patente na arquitetura do Estado Novo, até então condicionada pelo exercício de compatibilização de espaços de lazer comunitários (Logradouros Comuns) com pequenos espaços de produção agrícola concebidos numa lógica de complemento do rendimento familiar (Logradouros Particulares Posteriores).

Palavras-chave: Bairro de Alvalade, Avenida do Brasil, Arquitetura e Arquitetura Paisagista, Espaço Urbano, Estrutura Verde.

Contexto nos Planos

A Avenida Alferes Malheiro, atual Avenida do Brasil³, constituiu o limite Norte do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, elaborado na Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) da Câmara Municipal de Lisboa (CML) a partir de 1938, com a participação de João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) a partir de 1942 (Costa, 2002: 25).

O *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, que deu origem ao Bairro de Alvalade, resulta da revisão de 1944 ao “Estudo de Conjunto da Zona da Avenida Alferes Malheiro” (concluído em 1942)⁴ instruído pelo *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL)* iniciado em 1938 com a participação de Étienne De Gröer (1882-1974), chamado por Duarte Pacheco (1900-1943)⁵ para ocupar o cargo de «urbanista-conselheiro técnico de câmara», que ocupa até 1940. A revisão então efetuada, visava adequá-lo à nova organização da cidade, subjacente à aplicação do “Conceito de Vizinhança” em torno do equipamento escolar (Costa, 2002: 17-26).

A aprovação do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro em 1945*⁶ como plano parcial de urbanização do *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL)*, ocorreu pelo adiantado estado de execução das vias secundárias da zona de Alvalade (infraestruturação da área do plano) (Câmara, 1848b: 60), pela premência em edificar rapidamente⁷, assim como pelo reconhecimento pelos serviços da CML da grandeza da tarefa em mãos, temporalmente muito condicionada pelos constantes desafios do crescimento da cidade (Câmara: 1945: 2).

Gizado em plena época de consolidação do Regime do Estado Novo e subjacente às dinâmicas de intervenção política e urbanística de Duarte Pacheco, o Plano visava expandir a cidade para Norte em complemento do previsto para a Encosta da Ajuda (Zona de Expansão Ocidental) e para os Olivais (Zona de Expansão Oriental) (Câmara, 1945: 25).

³ Topónimo atual atribuído por edital municipal em 23 de Dezembro de 1948 em sucessão aos topónimos de Avenida Alferes Malheiro (1925-1948) e de Avenida do Parque (1906-1925), atribuídos por edital municipal em 8 de Junho de 1925 e em 17 de Dezembro de 1906 respetivamente. CML | Toponímia (2019), acessado em 10 de Março de 2019.

⁴ Para a zona de Alvalade, ocorre sobre a denominada “Planta da Zona Compreendida entre a Avenida Alferes Malheiro e a Travessa Henrique Cardos (Costa, 2002: 23).

⁵ Presidente da Câmara Municipal entre 1938 e 1943 e Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1932 e 1936 e entre 1938 e 1943.

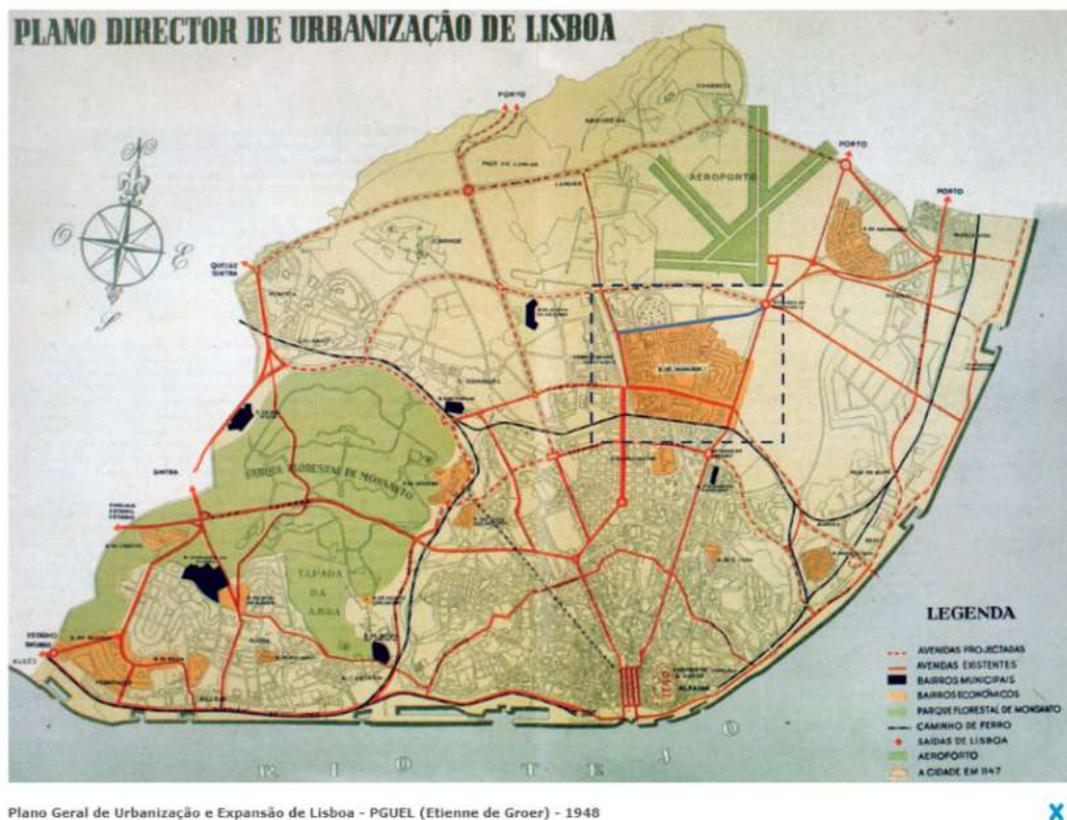
⁶ Aprovado em 24 de Outubro de 1945 (Costa, 1997: 16) com despacho ministerial publicado no D.M. 3155, de 23 de Novembro do mesmo ano, subscrito pelo Subsecretário do Estado das Obras Públicas, José Frederico Ulrich (Costa, 2002: 26 e 184).

⁷ O que veio a permitir a elaboração dos projetos das Casas de Renda Económica das Células 1 e 2 por Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970) ainda em 1945, a programação da sua construção em 1946 e execução entre Janeiro de 1947 e Junho de 1950 (Costa, 2002: 43 e 54).

Articulado com a Avenida dos Estados Unidos da América (em construção para servir de grande artéria circular entre a zona ocidental da cidade e as docas do Poço do Bispo) e com a Avenida de Roma (pré-existente), o Plano definia como limites Poente a Rua de Entrecampos e as Ruas Oriental e Ocidental do Campo 28 de Maio (atual Campo Grande), como limite Nascente a artéria de prolongamento da Avenida Almirante Reis⁸ e como limite Sul o Caminho-de-Ferro (Câmara, 1945: 6).

Em edital de Março de 1948 o território abrangido pelo *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* é consagrado como “Sítio de Alvalade” (Tostões, 2002: 43), constituindo esta a possível razão do Plano ocorrer igualmente designado como “Plano do Sítio de Alvalade” (Ferreira, 1987: 362).

Figura 1. O Bairro de Alvalade e a Avenida Alferes Malheiro no Plano Director de Urbanização de Lisboa (1948).



Fonte: Jorge da Rosa Neves, com base em imagem do Plano Director de Lisboa (1948)⁹

O Conjunto Habitacional do Montepio Geral projetado pelo arquiteto Jorge Segurado (1898-1990) em 1958 (Costa, 2002: 128), localiza-se entre a Avenida do Brasil e a Rua Aprígio Mafra, a Norte da Zona Artesanal da Célula 3, em terrenos da propriedade do Montepio Geral (razão do nome com que ficou conhecido), onde o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* previa “Habitação de Renda Não Limitada” integrada numa lógica de logradouros privados, tal como para a Avenida do Aeroporto (Câmara, 1945b) (Figs. 2A a 2B) e que se mantém até hoje, contrariamente ao primeiro caso.

⁸ Com o topónimo atual de Avenida Almirante Gago Coutinho atribuído por edital municipal de 2 de Janeiro de 1960, em sucessão dos topónimos “Avenida do Aeroporto” atribuído por edital em 17 de Fevereiro de 1947 e de “Prolongamento da Avenida Almirante Reis”. Toponímia (2019), acedido em 10 de Março de 2019.

⁹ Sítio da CML | Plano Director de Lisboa | Evolução do Plano Director de Lisboa, acedido em 12 de Março de 2019.

Figura 2a. Ocupação prevista no Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro (1945) para a zona do Conjunto Habitacional do Montepio Geral.



Fonte: Jorge da Rosa Neves, com base em imagem do “Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios (Esc. 1/2.500)” do “Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro”. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545 - Página 3.

Figura 2b. Ocupação prevista no Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro (1945) para a zona do Conjunto Habitacional do Montepio Geral



Fonte: Jorge da Rosa Neves, com base em imagem do “Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro”. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545 - Página 18.

Legenda: (1a-1b) Avenida Alferes Malheiro; (2a-2b) Avenida de Roma; (3a-3b) Avenida da Igreja; (4) Praça Frei Luís de Sousa; (5) Palácio dos Coruchéus; (6) Praça do Mercado; (7) Entrada do Complexo Desportivo; (8) Centro Escolar da Célula 1

Faria da Costa ao estruturar o Plano a partir do cruzamento das vias que o iriam limitar e atravessar, hierarquiza-as na definição dos perfis transversais, adequando-os ao volume de tráfego e à sua função, de atravessamento (Av. dos EUA), de acesso (Av. de Roma) e de distribuição (no interior das Células), para referir apenas alguns exemplos. Para os vários perfis prevê a arborização dos passeios, na maior parte dos casos apenas com uma fiada de árvores, surgindo como exceção a arborização com duas fiadas no enquadramento das linhas de elétricos na Av. de Roma (Câmara, 1945c). A definição desta arborização terá constituído uma das bases da Estrutura Verde do Bairro de Alvalade, projetada posteriormente na 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem da Direcção dos Serviços Técnicos – Especiais (DST-E), em grande parte, pelos engenheiros agrónomos com o Curso de Livre de Arquitetura Paisagista, nesta integrados a partir de 1950.

A arborização prevista por Faria da Costa, para além do papel que desempenha no reforço da hierarquização dos arruamentos, de que são exemplo as avenidas Alferes Malheiro, Roma e da Igreja, constituiu igualmente ferramenta de referência urbana, nomeadamente na Praça Frei Luís de Sousa (Praça de Alvalade, após 1971), onde propõe alinhamentos arbóreos segundo três fiadas no contorno dos edifícios, no Palácio dos Coruchéus, na Praça do Mercado, na entrada do Complexo Desportivo e no logradouro do Centro Escolar da Célula 1 (Fig. 2B), entre outros espaços.

A importância da árvore no *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* dever-se-á em grande parte à elaboração do *PGUEL*, posteriormente concluído e aprovado em 1948 como Plano Director de Urbanização de Lisboa (e conhecido por Plano de Gröer), onde a análise da cidade enfoca com particular acuidade os benefícios da arborização dos arruamentos, (apontando diretrizes para o reperfilamento dos passeios e, mesmo, o recuo dos edifícios) e a insalubridade dos logradouros, em resultado do excessivo prolongamentos dos edifícios para o seu interior e da sua ocupação por construções indevidas, tornando-os pouco arejados e sombrios (Câmara, 1948b: 42-49).

A revisão do Plano Director de Urbanização de Lisboa (Plano de Gröer) de 1948 conduzida pelo engenheiro Luís Maria Nolasco Guimarães Lobato (1915-2008), na qualidade de Engenheiro-Chefe do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) entre Janeiro de 1954 e Abril de 1958 (Bettencourt da Câmara, 2015: 100), que culminará no Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1958, irá contar com a colaboração de Gonçalo Ribeiro Telles (n. 1922) e de Edgar Ferreira Sampaio Fontes (1922-2000) (Câmara, 1958: 1), dando continuidade aos planos anteriores no que concerne à arborização e ajardinamento dos arruamentos e à conceção dos espaços verdes em geral.

O Movimento Moderno e a Herança Arquitetónica

Com a realização do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, de que resultou a Carta de Atenas, a excessiva densificação do tecido urbano, a edificação em quarteirão (penalizadora das horas de Sol em grande parte dos edifícios) e a escassez de espaços livres na proximidade da habitação, ocorrem como as principais razões para a insalubridade da habitação e fraca qualidade de vida das cidades (APHA, 2009: Segunda Parte: Estado Atual Crítico das Cidades). A edificação em altura, em posição perpendicular aos eixos viários de maior movimento e servida por extensas áreas verdes, ganha protagonismo como resposta à necessidade de separar, as áreas residenciais, de lazer e de trabalho, bem como por permitir a circulação hierarquizada entre estas áreas segundo um zonamento funcional (APHA, 2009: Terceira Parte: Conclusões).

Com a realização em Portugal do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e a publicação da Carta de Atenas na revista *Arquitectura* em 1948 o Movimento Moderno ganha novo folego (Costa, 2002: 21), surgindo no Bairro de Alvalade em 1949 os primeiros estudos de conjunto com uma linguagem arquitetónica próxima do Movimento Moderno, nomeadamente, por Joaquim Ferreira (1911-1966) no Conjunto Habitacional da Av. Dom Rodrigo da Cunha (Costa, 2002: 95-99) e por Ruy D' Athouguia (1917-2006) e Formozinho Sanches (1922-2004) no Bairro de S. João de Deus (Costa, 2002: 99-103), depois conhecido como Bairro das Estacas. Nestes dois conjuntos habitacionais, os blocos foram implantados de forma perpendicular às vias, originando espaços entre estes de contorno retangular o que possibilitou uma lógica de fruição em comum, até aqui não existente.

As análises da insalubridade da habitação e as propostas para a sua resolução observadas por De Gröer no Relatório do Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948 (Câmara, 1948b: 42-49) em concordância os valores da Carta de Atenas, juntamente com a deteção de situações de insalubridade nas Células 1 e 2 do Bairro de Alvalade, com consequente desvalorização da habitação nos pisos térreos (Costa, 2002: 96-98), terá sido crucial para o processo de abertura do logradouro no Bairro, primeiramente no Conjunto Habitacional da Av. D. Rodrigo da Cunha, no Bairro de São João de Deus sensivelmente pela mesma altura (1949), como referido, e mais tarde nas avenidas dos Estados Unidos da América e do Brasil.

A partir de 1953 ocorrem os estudos para os conjuntos habitacionais do lado Norte da Avenida dos Estados da América (Costa, 2002:115), da qual resultaram espaços¹⁰ entre os edifícios de perímetro quadrangular abertos para a avenida e limitados a Norte por edifícios ou garagens servidas pelos arruamentos secundários.

Nestas intervenções, os edifícios para além de apresentarem uma implantação perpendicular entre vias, permitindo a continuidade de fruição no sentido Norte-Sul (aproximadamente), implantam-se sobre pilotis, assegurando igualmente uma fruição em sentido Nascente-Poente, em paralelo aos arruamentos, tal como aconteceu anteriormente no Bairro das Escadas.

Estes conjuntos habitacionais, à época, terão constituído a concretização do mostruário da mais recente produção arquitetónica (Tostões, 2002: 47).

No contexto deste artigo merece destaque o conjunto habitacional da Avenida dos Estados Unidos da América no troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro, cujo estudo foi iniciado em 1953 pelo arquiteto Joaquim Santiago Areal e Silva, onde propõe cinco blocos com nove pisos perpendiculares à avenida e edifícios de quatro pisos nos topos Norte do espaço entre estes. Dois anos depois, é desenvolvido o projeto com apenas quatro blocos perpendiculares à avenida, com ganhos em número de pisos (Costa, 2002:115-116). A conceção dos espaços entre os edifícios caberá a Manuel Sousa da Câmara (1929-1992)¹¹, na sequência do anteprojecto elaborado por Gonçalo Ribeiro Telles¹², como adiante se desenvolve.

Os logradouros do Movimento Moderno, pelos arquitetos paisagistas

A construção do Bairro coincidiu com a chegada à CML dos primeiros engenheiros agrónomos com formação em arquitetura paisagista, ministrada em Portugal a partir de 1942 no Instituto Superior de Agronomia (ISA), através do Curso Livre de Arquitetura Paisagista dirigido por Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), licenciado neste Instituto em 1936 e recém-chegado a Portugal (1939) após ter concluído o curso de arquitetura paisagista em Berlim sob a orientação do Mestre Prof. Wipking (Caldeira Cabral, 1993: 14).

Manuel de Azevedo Coutinho (1921-1992) e Gonçalo Ribeiro Telles em 1950, Edgar Sampaio Ferreira Fontes em 1953 e Manuel Sousa da Câmara em 1957, constituem os primeiros técnicos a ingressarem na CML com esta formação (Bettencourt da Câmara, 2015: 69). Integrados na 3ª Repartição da DST-E sob a chefia do engenheiro silvicultor José D'Orta Cano Pulido Garcia (1904-1983) irão desenvolver intensa atividade projetual, concretizada nos genericamente designados “Projeto de Arborização e Ajardinamento de ...” os quais passam a ser assinados com referência à especialidade de “Engenheiro Agrónomo com o Curso Livre de Arquitectura Paisagista”, caindo posteriormente a referência à formação base em agronomia.

¹⁰ Os espaços resultantes da abertura do logradouro continuam a ser referenciados como “Logradouros” na tramitação dos processos na CML. Costa (2002) refere-se a estes espaços como “Logradouros” no contexto da Av. D. Rodrigo da Cunha, como “Espaços de Logradouro Públicos” no contexto do Bairro das Estacas (pp.98) e como “Logradouros Públicos Ajardinados” no contexto dos conjuntos habitacionais do Lado Norte da Avenida dos EUA (pp.110). No âmbito dos projetos elaborados pela 3ª Repartição Arborização e Jardinagem da DST-E irão ser designados nas peças desenhadas por “Ajardinados”, ocorrendo por vezes a referência aos logradouros nas peças escritas. No âmbito deste artigo, utiliza-se a designação dominante nas respetivas peças de projeto.

¹¹ CML\DST-E. 3ª Repartição. Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados no troço entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro. Sousa da Câmara, 1959-60.

¹² CML\DST-E. 3ª Repartição. Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Ante-Projecto. Gonçalo Ribeiro Telles, 1957.

Azevedo Coutinho redige em 1949, ainda enquanto profissional liberal e por solicitação da DSUO o Relatório “A Arborização do Sítio de Alvalade” (Câmara, 1949) submetendo-o à Câmara Municipal em 2 de Dezembro de 1949¹³, altura em que os projetos dos jardins municipais encontravam-se sob a alçada do arquiteto Luís Mateus Júnior (1913-1994), ingressado nesta Direção em 1944 (Bettencourt da Câmara, 2015: 68).

A elaboração deste relatório permitiu a Azevedo Coutinho conhecer com detalhe o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, bem como o *PDUL*, aprovados em 1945 e 1948 respetivamente, como referido.

Em sede deste Relatório o autor interpreta os espaços livres gerados pelas disposições urbanísticas e soluções arquitetónicas em desenvolvimento, questionando desde logo a configuração dos Logradouros Comuns¹⁴ das Células 1 e 2 (os primeiros a serem construídos), em face da dificuldade que prevê para conciliar as áreas comuns com as áreas particulares posteriores (Câmara, 1949: 28), conforme comprovado pelos parques proveitos agrícolas, deficiente manutenção do logradouro comum pela autarquia, pela progressiva ocupação por construções e estacionamento indevido e, conseqüentemente, pela desvalorização das Casas de Renda Económica nos pisos térreos.

Para a convicção de que os logradouros comuns não constituíam solução a reproduzir, terá contribuído igualmente a deslocação de Azevedo Coutinho na companhia de Francisco Caldeira Cabral, seu professor, e Edgar Fontes e Fernão Vaz Pinto, seus colegas, ao III Congresso da IFLA (International Federation Landscape Architects) realizado em Estocolmo em 1952. A sua deslocação enquanto técnico da autarquia, demonstra a preocupação da presidência em conhecer o que de bem se praticava além-fronteiras, bem como a sua aplicabilidade em Lisboa. No relatório desta viagem, Azevedo Coutinho tece considerações sobre a utilização da árvore no espaço urbano e sobre os logradouros transformados em jardins que observou nos quais se implantavam os edifícios (Bettencourt da Câmara, 2015: 85-89).

O aumento do espaço entre edifícios e a permeabilidade resultante da edificação sobre pilotis, permite abordá-los como verdadeiramente contíguos e, conseqüentemente, atribuir-lhes uma lógica de lazer, até aqui menos evidente e muito mais condicionada. Em Alvalade, esta abordagem ocorre pela primeira vez nos conjuntos habitacionais da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, no entanto, obtém maior expressão em termos de promoção da estadia e do recreio apenas no Bairro de São João de Deus (Bairro das Estacas) pelos projetos de Ruy d’ Athouguia¹⁵ e de Ribeiro Telles¹⁶.

Com a edificação destes conjuntos habitacionais que marcam o Movimento Moderno em Alvalade, segundo os códigos da Carta de Atenas, o espaço deixado livre entre os edifícios (que já ocorria nas Células 1 e 2, de forma tímida), para além de assegurar a circulação pedonal entre a habitação e as escolas em maior segurança, permite a sua conceção de acordo com a lógica subjacente ao conceito de *continuum naturale*, com reflexo na definição da estrutura do Bairro.

O Projeto dos Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América para o troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro, elaborado por Manuel Sousa da Câmara em 1959-60, ocorre dois anos após Ribeiro Telles ter elaborado o anteprojecto deste troço e dos restantes que projetou em 1958-59¹⁷.

Na elaboração deste projeto, que servirá de ensaio à elaboração do “Projeto dos Ajardinados dos Logradouros do Montepio Geral” elaborado em 1963-64, retomado mais à frente, Sousa da Câmara, colhe a experiência e a análise

¹³ Carta de Azevedo Coutinho que acompanha a entrega do relatório. AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB/EV/0751 – Página 46.

¹⁴ Azevedo Coutinho considerava como logradouro público, todo o terreno delimitado pelos alçados posteriores dos prédios, deduzindo-lhe o espaço ocupado pelas zonas de serviço dos mesmos (logradouros particulares posteriores).

¹⁵ CML. Sítio de Alvalade. Célula 8. Zona Comercial. Arranjo do Terreno. Ruy Jervis d’ Athouguia, 1949.

¹⁶ CML\DST-E. 3ª Repartição. Projecto de Ajardinamento da Zona Comercial da Célula 8 (Alvalade). Gonçalo Ribeiro Telles, 1953.

¹⁷ CML\DST-E. 3ª Repartição. Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos Ajardinados (Troço Av. do Aeroporto – Av. Rio de Janeiro). Gonçalo Ribeiro Telles, 1958.

CML\DST-E. 3ª Repartição. Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos Ajardinados (Troço Praça Mouzinho de Albuquerque – Avenida de Roma). Gonçalo Ribeiro Telles, 1958.

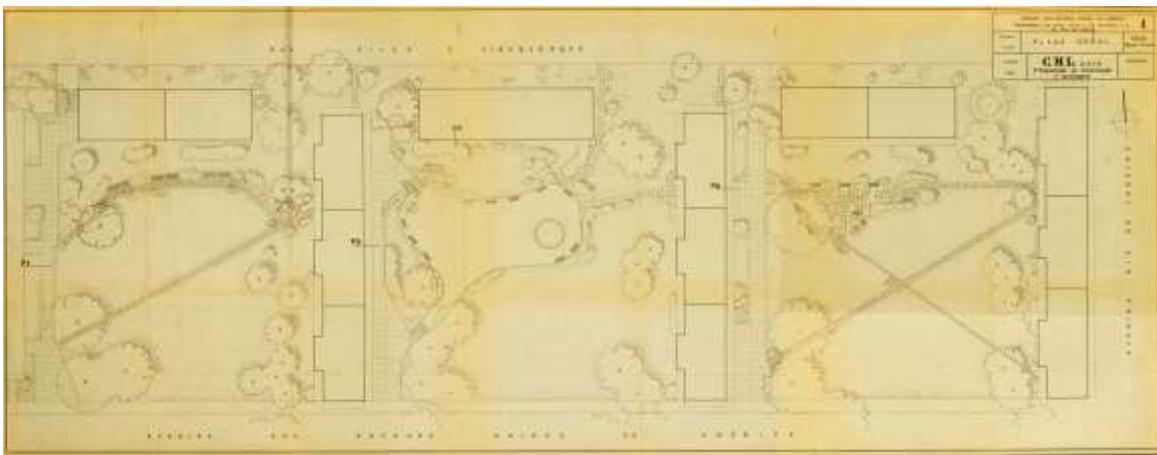
CML\DST-E. 3ª Repartição. Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos Ajardinados (Troço Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes). Lado Sul. Gonçalo Ribeiro Telles, 1959.

bioclimática dos espaços entre edifícios efetuada por Ribeiro Telles, em particular, para o troço entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, face à proximidade e à similitude dos espaços a tratar e do volume dos edifícios que os limitam. Sousa da Câmara recua as áreas de estadia relativamente à avenida beneficiando, da implantação dos edifícios que rematam o topo Norte, protegendo-as dos ventos dominantes, e dos edifícios perpendiculares à avenida a poente, daí obtendo sombras.

Entre outros aspetos comuns para com os projetos de Ribeiro Telles, salienta-se a faixa adjacente a nascente dos edifícios perpendiculares à avenida, na continuidade dos pisos térreos, que neste troço, contrariamente aos restantes, não se encontra completamente vazado, e a existência de um parque infantil (exigência do programa para os Conjuntos Habitacionais), que irá ser localizado no ajardinado central, o que se interpreta como estratégico para encurtar as distâncias até este, a partir dos edifícios (Figura 3).

Figura 3. Avenida dos Estados Unidos da América.

Ajardinados, no Troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro (1959-60).



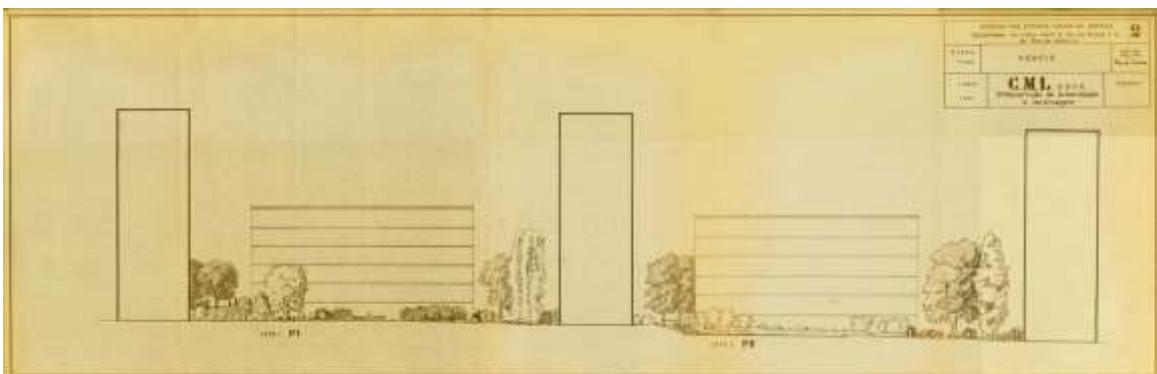
Fonte: AML PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10-258 - Página 22_D1.

CML\DST-E\3ª Repartição. Sousa da Câmara, 1959.

Nota: Desenho n.º 1 - Plano Geral. Esc. 1/200.

Figura 4. Avenida dos Estados Unidos da América.

Ajardinados, no Troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro (1959-60).



Fonte: AML PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10-258 Página 23_D2.

CML\DST-E\3ª Repartição. Sousa da Câmara, 1959.

Nota: Desenho n.º 2 – Perfis, Esc. 1/200.

Referências Projetuais entre o Campo Grande e a Mata de Alvalade

Nas décadas de 1940 e 1950 a Av. Alferes Malheiro, Av. do Brasil após 1948, como inicialmente referido, vai beneficiar de um conjunto significativo de intervenções onde a dialética profissional entre arquitetos e arquitetos paisagistas contribuiu de forma decisiva para a mancha verde que ostenta e a envolve, atualmente integrada no Corredor Verde Central Lisboa que engloba a nascente a Cidade Universitária, o Estádio Universitário e o Campo Grande¹⁸, lembrando o seu primeiro topónimo, Avenida do Parque.

Entre estas intervenções destacam-se de Poente para Nascente, o Jardim do Campo Grande, reformado e atualizado nas décadas de 1940 e 1950 pelo arquiteto Keil do Amaral (1910-1975), na qualidade de arquiteto dos espaços verdes da autarquia desde 1938 (Tostões, 1998: 45). Após a sua saída no início de 1947, assina contrato com a autarquia para desenvolver, ainda no Campo Grande, projetos para a biblioteca, para os postos de venda de flores e para aluguer de bicicletas, bem como os projetos da esplanada–ponte do lago e do edifício do restaurante Alvalade (Câmara, 1947)¹⁹, mais tarde substituído pelo Caleidoscópio, projeto do arquiteto Paiva Lopes (Fernandes, 1997: 27).

O Hospital Júlio de Matos com projeto inicial de 1912 de Leonel Gaia (1871-1941) e de Carlos Chambers Ramos (1897-1969), a partir de 1933 (remodelação) com projetos dos equipamentos finais de Raúl Lino (1879-1974) e dos engenheiros Jacômes Castro e Raúl Maçãs Fernandes e com o projeto dos jardins elaborado em 1942²⁰ por Caldeira Cabral (1908-1992) e Azevedo Gomes (1885-1965) (Castelo Branco, 2000: 218-219), este último, Professor Catedrático de Silvicultura do Instituto Superior de Agronomia a partir de 1915²¹, marca a Avenida desde a sua inauguração em 2 de Abril de 1942²².

Imediatamente a Nascente, o Campus do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) inaugurado em 1952, com projetos de arquitetura da autoria de Pardal Monteiro (1897-1957), Januário Godinho (1910-1990) e João de Mello Breyner Andresen (1920-1967) e de arquitetura paisagista de Ribeiro Telles e Fernão Torres Gameiro Vaz Pinto (1921-2001)²³, é responsável pelo aumento da área verde junto à Avenida do Brasil.

O projeto dos jardins terá ocorrido em dois momentos distintos mas complementares. A uma primeira intervenção em 1954 desenvolvida pelos dois autores, seguiu-se uma segunda por Ribeiro Telles em 1965-66²⁴, altura em que já não pertence aos quadros da CML (Bettencourt da Câmara, 2015: 68 e 193). Aquando deste segundo projeto, já se encontra construído o conjunto habitacional do Montepio Geral e os seus logradouros.

De acordo com registos fotográficos (Figuras 5a a 5b) e a Planta de Cidade de 1951/54²⁵, sensivelmente uma década antes do Projeto dos Logradouros do Montepio Geral, a arborização da Av. do Brasil, os jardins dos Campus do Hospital Júlio de Matos e do LNEC, bem como as arborizações e os ajardinamentos nas Células 1 e 3 a Sul da avenida, já se faziam notar.

¹⁸ Sítio da CML | Corredores Verdes, acessado em 7 de Março de 2019.

¹⁹ Contrato entre a CML e o arquiteto Keil do Amaral, assinado por este e por Álvaro Salvação Barreto na qualidade de Presidente da CML de 13 de Março de 1947 nos Paços do Concelho. AML.

²⁰ Sítio do ISA | Francisco Caldeira Cabral, acessado em 7 de Março de 2019.

Portal do Jardim | Prof. Francisco Caldeira Cabral, acessado em 7 de Março de 2019

²¹ Sítio do ISA | Mário de Azevedo Gomes acessado em 7 de Março de 2019.

²² Sítio do SIPA | Hospital Júlio de Matos, acessado em 7 de Março de 2019.

²³ Sítio do LNEC, acessado em 7 de Março de 2019.

²⁴ idem.

²⁵ Levantamento de 195-. Folhas 10-P (1951/54)/11-P(1954). Instituto Geográfico e Cadastral. CML\Gabinete de Estudos Olissiponenses.

**Figura 5a. Arborização da Avenida do Brasil e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
Década de 1950.**



Fonte: AML. PT/AML/SB/PAS/002890 – Página 1.

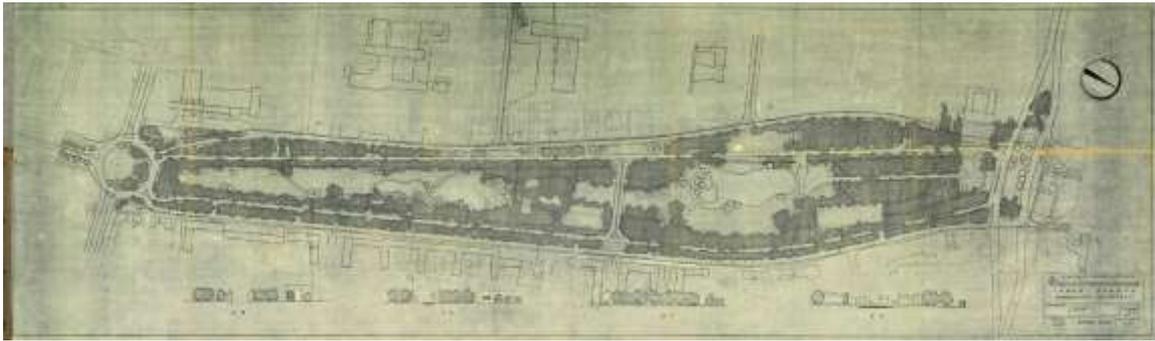
**Figura 5b. Arborização da Avenida do Brasil e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
Década de 1950.**



Fonte: AML. PT/AMLSB/CML/SBAH/PCSP/004/SAL/000148 – Página 1.

Com a construção do Bairro de Alvalade a partir da segunda metade da década de 1940 a cidade expande-se entre as radiais Av. da Liberdade - Lumiar e Av. Almirante Reis - Encarnação e as circulares, 2ª Circular (com traçado entre o Cabo Ruivo, Praça da Portela, topo Norte do Campo Grande e Calhariz de Benfica) e a Av. de Berne (atual Av. de Berna) (Câmara, 1945: 7).

Em 1956, em articulação com a rede rodoviária, a CML desenvolve um conjunto de projetos para o Campo Grande e para o território entre este, a 2ª Circular e a Av. do Brasil, na envolvência dos Campus do Hospital Júlio de Matos e do LNEC, nomeadamente o “Projeto do Arranjo do Campo Grande” (Figura 6) e o “Estudo da Zona Compreendida entre a Av. do Brazil, 2ª Circular, Campo Grande e a Azinhaga das Murtas” (Figura 7) elaborados no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), assinados pelo arquiteto Pedro Falcão e Cunha. No primeiro projeto, merece referência a colaboração de Francisco Caldeira Cabral e de Gonçalo Ribeiro Telles, mais uma vez, professor e antigo aluno, presentes como projetistas neste corredor.

Figura 6. Arranjo do Campo Grande. Estudo-Base (1956).

Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0190 – Página 1.

Nota: Desenho n.º 10.615 – Remodelação do Parque, Esc. 1/1.000. Pedro Falcão e Cunha.

Figura 7. Campo Grande. Estudo da Zona Compreendida entre a Av. do Brazil, 2ª Circular, C. Grande e Azinhaga das Murtas (1956).

Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0189 – Página 6.

Nota: Desenho n.º 10.617 – Estudo Base, Esc. 1/2.000. Pedro Falcão e Cunha.

A Mata de Alvalade (atual Parque José Gomes Ferreira), na confluência das avenidas Alferes Malheiro e do Aeroporto (à altura), prevista no Plano de Urbanização da Zona da Sul da Avenida Alferes Malheiro como medida compensatória dos índices de ocupação previstos para o bairro, tal como o Campo 28 de Maio (Campo Grande) a Poente e as zonas verdes de enquadramento do aeroporto (Costa, 2002: 174), vai beneficiar de um conjunto de projetos de Sousa da Câmara em 1966²⁶, que complementam os projetos de Ribeiro Telles do início da década de 1950²⁷, que, cumulativamente, serão responsáveis por estabelecer uma importante mancha verde no Bairro, e na cidade, minimizando assim o desfasamento muito acentuado em termos de áreas livres entre as zonas Nascente e Poente da Cidade, a favor da segunda, detetado por De Gröer em 1948 (Câmara, 1948: 73-74).

²⁶ CML\DST-E. 3ª Repartição. Zona da Mata de Alvalade. Sugestão para o Arranjo Paisagístico do Areeiro do Narigão. Sousa da Câmara, 1966.

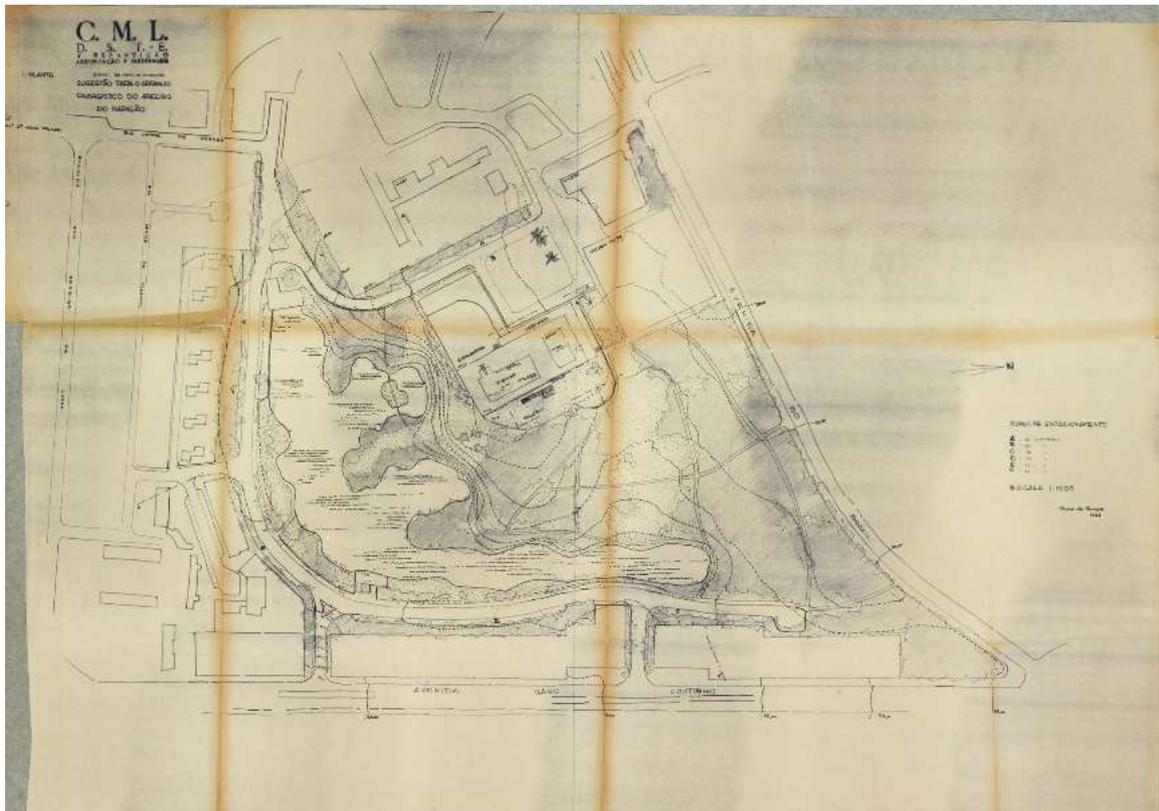
²⁷ CML\DST-E. 3ª Repartição. Projecto de Arborização do Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Av. do Brazil e a Av. do Aeroporto (1950-51). Gonçalo Ribeiro Telles, 1950-51.

CML\DST-E. 3ª Repartição. Projecto da Mata de Alvalade. Regularização do Terreno. Gonçalo Ribeiro Telles, 1955.

Nestes projetos, os de maior expressão em termos de área em Alvalade, identifica-se o propósito de promover uma grande mancha de vegetação clímax, que simultaneamente respondesse aos requisitos de recreio da população e de enquadramento das áreas desportivas previstas desde o início do plano (Figura 2b).

Figura. 8. Zona da Mata de Alvalade.

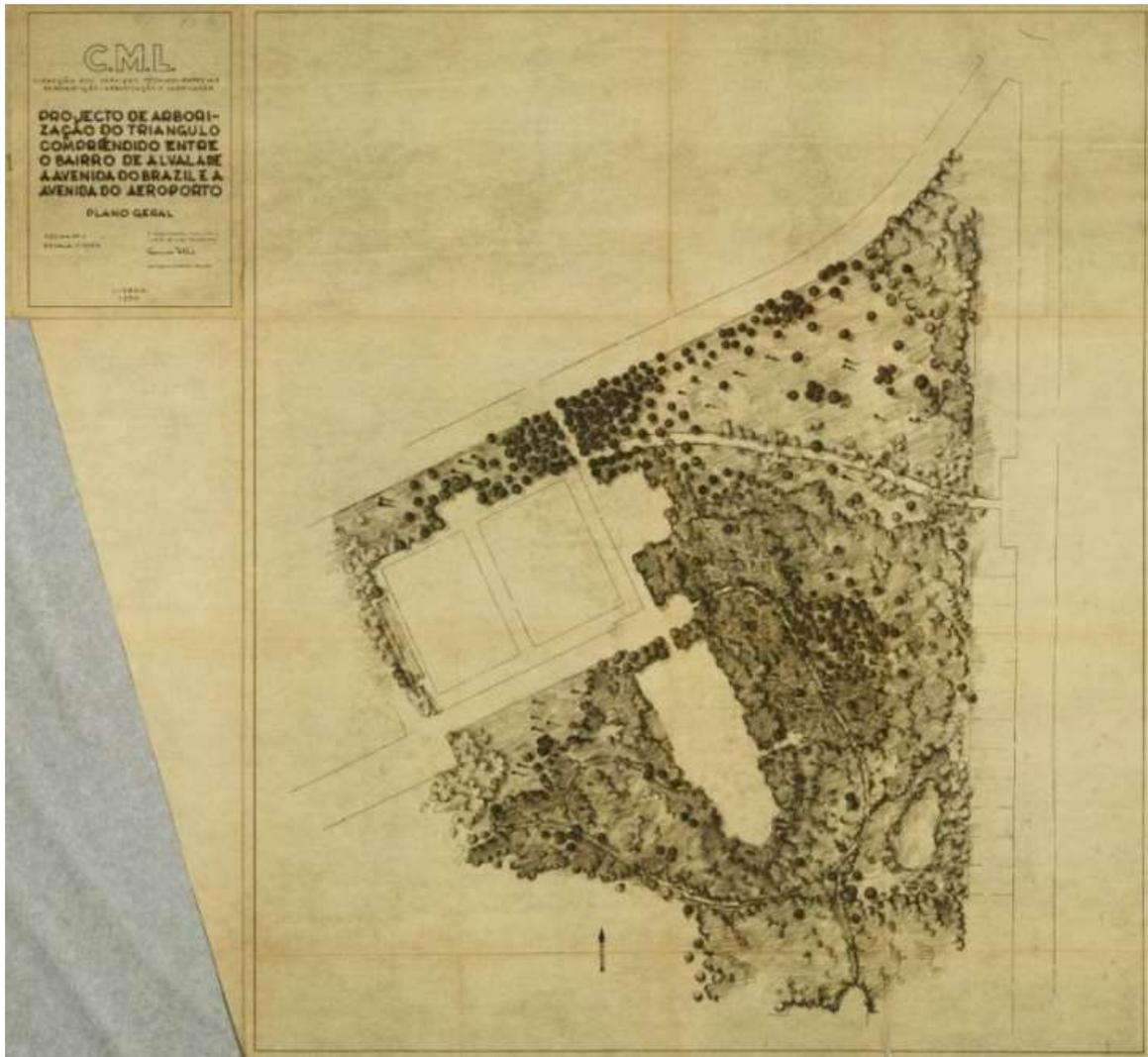
Sugestão para o Arranjo Paisagístico do Areiro do Narigão (1966).



Fonte: AML. PT AMLSB CMLSB UROB/EV/0060 – Página 8.

Nota: Desenho n.º 1 – Planta, Esc. 1/1.000. Sousa da Câmara, 1966.

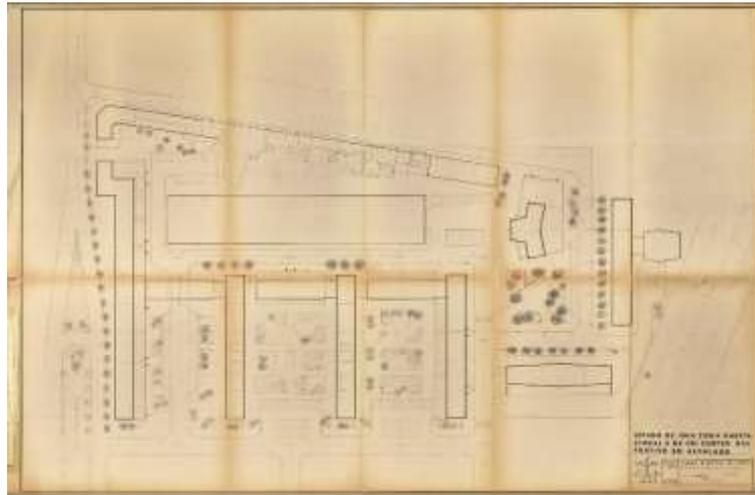
Figura 9. Projecto de Arborização do Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Av. do Brasil e a Av. do Aeroporto (1950-51).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0057 – Página 16.

Nota: Folha n.º 1 – Plano Geral, Esc. 1/1.000. Ribeiro Telles, 1950.

Em complemento das áreas desportivas previstas para a Mata de Alvalade, em ambos os projetos (Figuras 8 e 9), o arquiteto Luis Mateus assina em 1967 o estudo para uma zona habitacional e um centro desportivo com implantação a Norte da Av. do Brasil, a poente do Campus do LNEC e com prolongamento até à 2ª Circular (Figura 10). Neste estudo, para além da edificação paralela à Avenida do Brasil, ocorrem igualmente blocos habitacionais perpendiculares a esta, que definem espaços ajardinados abertos a Nascente, mas com uma definição, enquanto jardim ou espaço de enquadramento, intermédia relativamente aos projetos de Sousa da Câmara nos conjuntos habitacionais da Av. dos EUA (no troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro) em 1959 e do Montepio Geral em 1963-64, como se abordará

Figura 10. Estudo de uma Zona Habitacional e de um Centro Desportivo em Alvalade (1967).

Fonte: Jorge da Rosa Neves, sobre imagem AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0193 – Página 16.

(CML\DSUO \ 1ª Repartição – Planeamento)

Nota: Desenho n.º 11686 – Estudo Base, Esc. 1/500. Arq. Luís Mateus.

Arborizações no contexto da Avenida

A contínua arborização da Av. Alferes Malheiro e do seu prolongamento até à rotunda do aeroporto a partir de meados da década de 1930²⁸, encontra em 1945 continuidade no *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, assim como no *PDUL*, como já mencionado.

A partir de meados da década de 1950 a Av. do Brasil e os seus cruzamentos irão beneficiar dos projetos de arborização desenvolvidos na 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem da DST E, com base nas recomendações do relatório “Arborização do Sítio de Alvalade” elaborado por Azevedo Coutinho, onde descreve e justifica como devem ser arborizados os arruamentos (Câmara, 1949: 19-25).

Entre estes projetos merecem destaque o “Projecto do Ajardinado do Cruzamento da Avenida do Brazil com a Avenida de Roma” em 1954 (Figura 11), o “Projecto de Arborização da Avenida do Brazil” em 1955 (Figura 12) e o “Projecto do Ajardinado do Cruzamento das Avenidas do Rio de Janeiro e Brazil” em 1956 (Figura 13), todos eles da autoria de Ribeiro Telles.

A concretização destes projetos, com importância na arborização da avenida e no reforço do Corredor Verde, reveste-se ainda de importância na amarração a Norte da arborização das avenidas Rio de Janeiro e de Roma, cujos projetos foram elaborados igualmente por Ribeiros Teles em 1951²⁹ e 1955³⁰ respetivamente.

Ainda em 1954 é desenvolvido o “Estudo de volumes para a edificação virada a Norte (para a Av. do Brasil) entre a Av. de Roma e a Estrada da Portela”, assinado pelo Engenheiro-chefe Alfredo S. Barata da Rocha, onde se localizam alinhamentos arbóreos³¹. Da respetiva memória descritiva merece destaque a referência à necessidade de encobrir as traseiras da zona artesanal entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro, o que pressupunha a adoção de uma solução arquitetónica diferente da proposta no Plano de 1945 (em moradias), Figuras 2a e 2b.

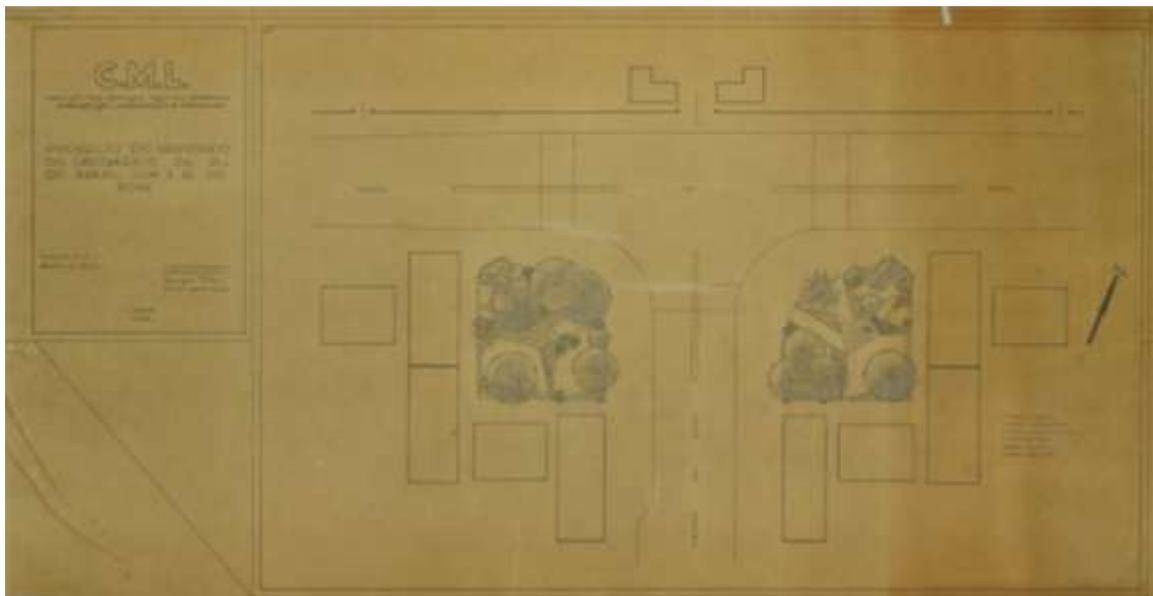
²⁸ CML. Projecto do Prolongamento da Avenida Alferes Malheiro entre o Pote d’ Água a Estrada da Amoreira. 1935.

²⁹ CML\DST-E. 3ª Repartição. Arborização da Avenida Rio de Janeiro. Ribeiro Telles, 1951.

³⁰ CML\DST-E. 3ª Repartição. Arborização da Avenida de Roma. Ribeiro Telles 1955.

³¹ C.M.L\DSUO\1.ª Repartição – Urbanização e Expropriações. Arranjos Marginais da Avenida do Brasil entre o Campo Grande e a Estrada da Portela. Estudo de Volumes – Lado Norte entre a Av. de Roma e a Estrada das Amoreiras. 1954.

Figura 11. Projecto do Ajardinado do Cruzamento da Av. do Brazil com a Avenida de Roma (1954).

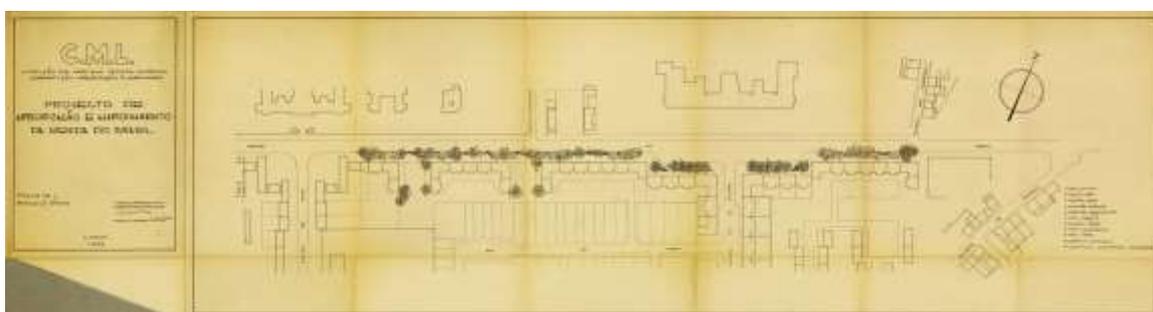


Fonte; AML. Ref PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-0066-02 - Folha 1.

(CML \ DST- E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem).

Nota: Desenho n.º 1, Esc. 1/200. Gonçalo Ribeiro Telles, 1954.

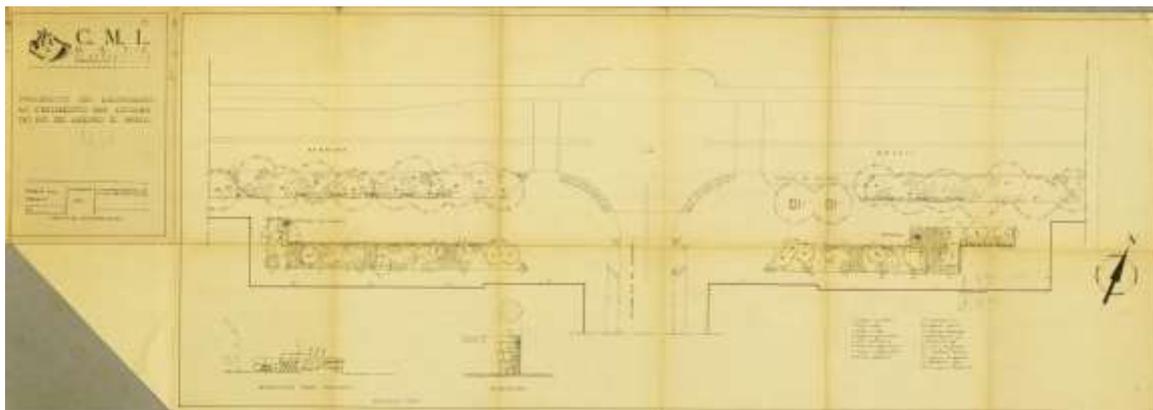
Figura 12. Projecto de Arborização e Ajardinamento da Avenida do Brasil (1955).



Fonte: AML. PT/AML/SB/CMLSB/UROB/OM/19/0066/02 – Folha 1.

(CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem).

Nota: Desenho n.º 1, Esc. 1/1000. Gonçalo Ribeiro Telles, 1955.

Figura 13. Projecto do Ajardinado do Cruzamento das Avenidas do Rio de Janeiro e Brazil (1956).

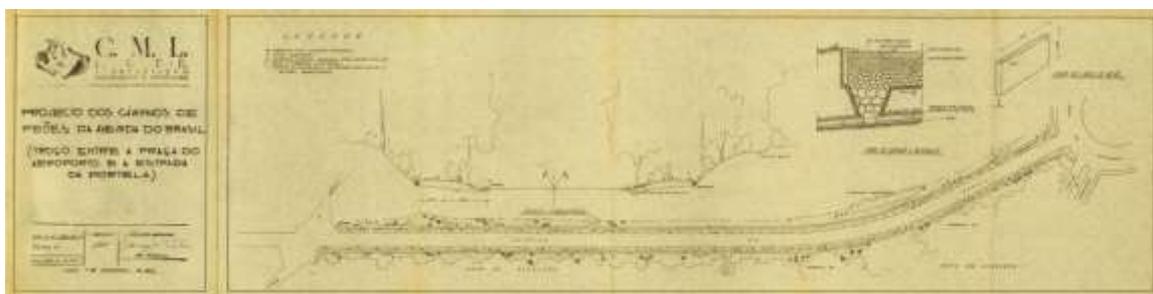
Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/OM/19/0066/02 – Folha 1.

(CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem).

Nota: Esc. 1/200. Gonçalo Ribeiro Teles. 20 de Novembro de 1956.

Na segunda metade da década de 1960 o cruzamento das avenidas do Brasil e Rio de Janeiro é alvo de novo projeto, desenvolvido numa primeira fase pela 4ª Repartição – Viação e Trânsito da DSUO e dois anos depois com participação da 3ª Repartição da DST-E³², com vista a prever estacionamento de ambos os lados do cruzamento numa configuração próxima à atualmente existente. Nesta intervenção observa-se a preocupação em manter o maior número de árvores existentes, no sentido de não penalizar a leitura de conjunto da arborização da Av. do Brasil.

Em 1959 Ribeiro Telles elabora o “Projeto dos Caminhos de Peões da Avenida do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Estrada da Portela)”, Figura 14. Neste projeto, o autor assinala a presença da Mata de Alvalade a Sul do arruamento, numa clara alusão ao conceito de *continuum naturale*. No respetivo perfil transversal é possível interpretar a intenção em tirar partido do limite Norte da Mata para sombrear o percurso que estabelece de forma sobrelevado relativamente à Avenida do Brasil.

Figura 14. Projecto dos Caminhos de Peões da Avenida do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Estrada da Portela (1959)

Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0336 - Página 4.

(CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem)

Nota: Plano de Plantação de Árvores e Herbáceas Vivazes, Esc. 1/1500, 1/100 e 1/10. Ribeiro Telles, Setembro de 1959.

³² CML\DSUO\4.ª Repartição – Viação e Trânsito. Remodelação do Cruzamento da Av. do Brasil com a Av. Rio de Janeiro, 1966.
CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e jardinagem. Remodelação do Cruzamento da Av. do Brasil com a Av. Rio de Janeiro, 1968.

Este extremo da Av. do Brasil é bem conhecido de Ribeiro Telles, na medida em que projeta em 1953 o “Projecto de Ajardinamento da 2ª Circular (Troço entre a Rotunda do Aeroporto e a Avenida D. Henrique)” e o “Projecto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto”, em 1956 o “Projecto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto (2ª Fase)” (Bettencourt da Câmara, 2015: 236-239), para além dos projetos para a Mata de Alvalade desenvolvidos na década de 1950, mencionados anteriormente.

Os planos de plantação dos projetos de arborização e de ajardinamento para a Av. do Brasil e para os seus cruzamentos, de Ribeiro Telles³³, apontam para um elenco botânico subjacente a uma base comum a que não estará alheia a matriz estética, mas profundamente ecológica do seu professor. Segundo Francisco Caldeira Cabral, sempre que possível, deveriam plantar-se árvores espontâneas, em detrimento de exóticas, por assegurarem melhor desenvolvimento fruto da maior capacidade de adaptação ao meio (Caldeira Cabral, 1993: 54).

Raúl Lino (1879-1974) ao referir-se à presença de espécies endémicas nos jardins portugueses, realça o seu cariz identitário, manifestando assim, também por este prisma, uma abordagem ecológica. Salienta ainda, lamentando, que quando substituídas por espécies exóticas e plantadas segundo desenhos importados de outros contextos, descaracterizam os jardins e a paisagem de Portugal (Lino, 1992: 81-83).

Das vinte espécies arbóreas propostas por Ribeiro Telles para a Av. do Brasil e seus cruzamentos, listou treze no livro “A Árvore” que elabora com Caldeira Cabral em 1960, onde as classifica como “Espontâneas em Portugal Metropolitano”, como “Não Espontâneas, Tradicionais da Paisagem Portuguesa” e como “Características dos Jardins Portugueses” (Caldeira Cabral, 1960). Esta opção traduz-se numa utilização de espécies incluídas nesta classificação, por projeto, superior a setenta por cento do total de espécies.

Nestes projetos observam-se opções que transmitem continuidade, mas igualmente aspetos distintivos que demonstram a atenção colocada nas características específicas do lugar, decorrentes das soluções urbanísticas do Plano e da sua evolução a outras escalas. Neste contexto, importa observar que o projeto “Ajardinado do Cruzamento da Av. do Brasil com a Av. de Roma” (1954-55) abrange apenas os espaços que rematam a nascente e a poente a relação entre as duas avenidas, de reduzidas dimensões. O projeto de “Arborização e Ajardinamento da Avenida do Brasil” (1955) engloba a arborização e o ajardinamento de faixas contínuas ao longo do passeio Sul da avenida (entre o cruzamento anterior e a Estrada das Amoreiras) e, em plano mais recuado, canteiros com desenvolvimento linear de ambos os lados do cruzamento com a Av. Rio de Janeiro. O projeto “Ajardinado no Cruzamento das Avenidas do Rio de Janeiro e Brasil” (1956), que abrange apenas os lados deste cruzamento, pode ser considerado, pela data e pela escala em que é desenvolvido (de 1/500 para 1/200), como uma evolução do anterior.

Embora a relação entre a Av. de Roma e a Av. do Brasil, e de esta com a Av. Rio de Janeiro, definam espaços simétricos, Ribeiro Telles apenas recorre a um plano de plantação simétrico no projeto de 1956, propondo alinhamentos com seis Pinheiros-das-Canárias (*Pinus canariensis*) e um Cipreste (*Cupressus sempervirens* var. *Fastigiata*) de ambos os lados da Av. Rio de Janeiro, interpretando-se nessa exceção a intenção de criar um pano de fundo, permanente, relativamente ao LNEC. Para a arborização das faixas contínuas ao longo da Av. do Brasil propõe Plátanos (*Platanus orientalis*) e para os canteiros recuados o predomínio de Choupos-branco (*Populus alba*), proporcionando, face ao seu desenvolvimento em altura, maior intimidade aos edifícios em relação às zonas de estar. Para esses canteiros propõe igualmente árvores de menor porte e de copa arredondada, tais como, Oliaia (*Cercis siliquastrum*), Loureiro (*Laurus nobilis*), Cerejeira-japonesa (*Prunus japonica*), Louro-cerejeiro (*Prunus laurocerasus*) e Salgueiro-chorão (*Salix babilonica*), aumentando assim o interesse botânico da composição, ao mesmo tempo que assegura maior conforto na proximidade dos bancos.

No projeto de “Arborização e Ajardinamento da Avenida do Brasil” Ribeiro Telles propõe para a faixa contínua e adjacente à Avenida a plantação de nove espécies arbóreas, o que em si, é demonstrativo do seu pendor ecológico e artístico, mas igualmente do seu sentido de oportunidade em explorar situações que possibilitassem aplicar o

³³ Projecto do Ajardinado do Cruzamento da Av. do Brasil com a Avenida de Roma. Desenho n.º 1, Esc. 1/200. Ribeiro Telles, 1954.

Projecto de Arborização e Ajardinamento da Avenida do Brasil, Desenho n.º 1, Esc. 1.000. Ribeiro Telles, 1955.

Projecto do Ajardinado do Cruzamento das Avenidas do Rio de Janeiro e Brasil. Esc. 1/200, Ribeiro Telles, 1956.

conceito de *continuum naturale*. Propondo Ulmeiros (*Ulmus procera*), Choupos-negros (*Populus nigra*) e Pimenteiras-bastarda (*Schinus molle*), como tinha proposto igualmente para o cruzamento com a Av. de Roma, propõe ainda Salgueiros-frágil (*Salix fragilis*), Grevilias (*Grevillia robusta*), Carvalhos-negral (*Quercus pyrenaica*), Pinheiros-mansos (*Pinus pinea*) e Ciprestes (*Cupressus sempervirens* var. *Fastigiata*), o que se interpreta como um reforço do carácter de “ajardinamento” no contexto da arborização da avenida.

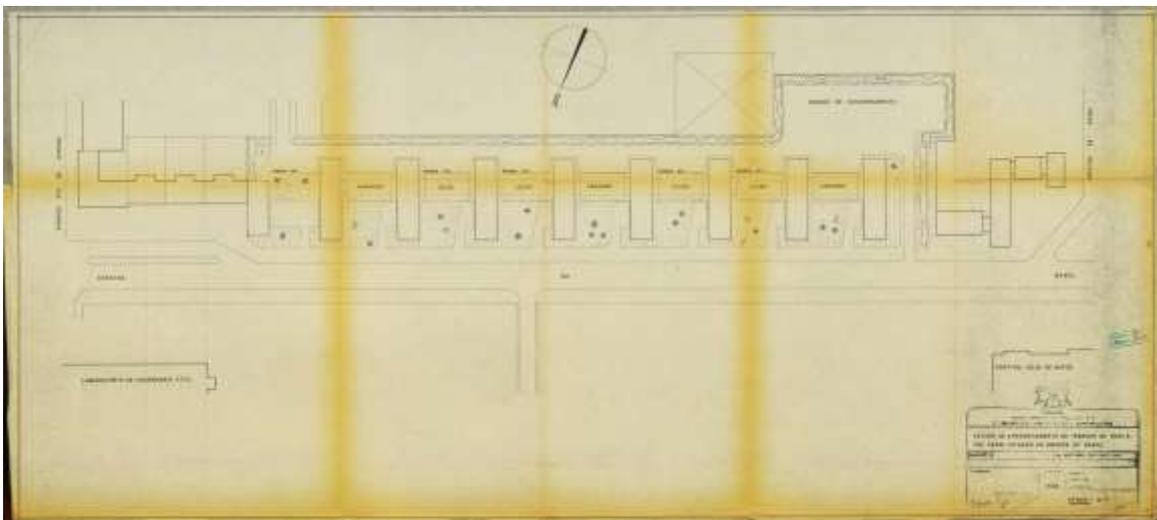
Embora as áreas de estadia dos dois cruzamentos apresentem localizações distintas, nomeadamente entre canteiros no cruzamento das avenidas do Brasil e de Roma, e ao longo do canteiro no cruzamento das avenidas do Brasil e Rio de Janeiro, estas beneficiam de uma estratégia de enquadramento vegetal comum, marcada pelo objetivo de valorizar o conforto e o efetivo botânico do local.

Na composição destas zonas, constata-se que a presença de espécies de maior porte ou de copa com desenvolvimento colunar ocorre preferencialmente junto à sua extrema Norte, projetando assim a sombra sobre a avenida e não sobre os edifícios. Para o centro, e na proximidade das zonas com bancos de jardim, são propostas espécies de menor porte, de copa mais arredondada, e numa disposição assimétrica. Para além das opções de foro estético, interpreta-se o objetivo de sombrear a zona de estadia, no entanto, sem sombrear os edifícios.

O Conjunto habitacional do Montepio Geral

O Estudo de Aproveitamento do Terreno elaborado pela DSUO definiu oito blocos habitacionais com implantação perpendicular entre a Avenida do Brasil e a Rua Aprígio Mafra (arruamento secundário a Sul) e edifícios de um piso, alternadamente destinados a garagens e a lojas, no remate a Sul do espaço definido pelos primeiros. Estes espaços, ainda com pouca definição nesta fase, contemplavam uma área para ajardinamento e uma entrada generosa a partir do passeio da avenida, independentemente da função a que se destinavam os edifícios entre os blocos de habitação, propiciando assim maior polivalência no seu destino (Figura 15).

Figura 15. Estudo de aproveitamento do Terreno no Montepio Geral situado na Av. do Brasil (1951).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0849 - Página 28.

CML\DSUO\1ª Repartição – Urbanização e Expropriações

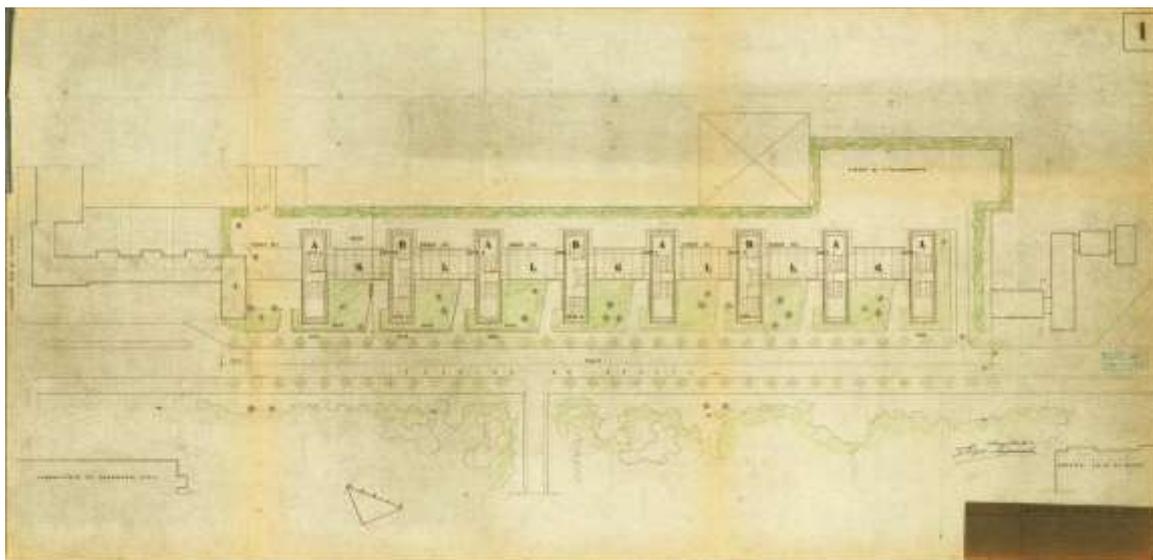
Nota: Desenho n.º 8636/10-P, Esc. 1/500

Jorge Segurado ao abordar este Estudo atribui cor à vegetação nele representado, nomeadamente nos contornos da Rua Aprígio Mafra, na bolsa de estacionamento na fronteira com a Zona de Artesanato e nos ajardinados dos espaços entre os edifícios. Em acréscimo, representa a arborização da avenida e a presença dos maciços de

vegetação dos Campus do Hospital Júlio de Matos e do LNEC, proposta por Francisco Caldeira Cabral e por alguns dos seus alunos nas duas décadas anteriores, como referido (Figura 16).

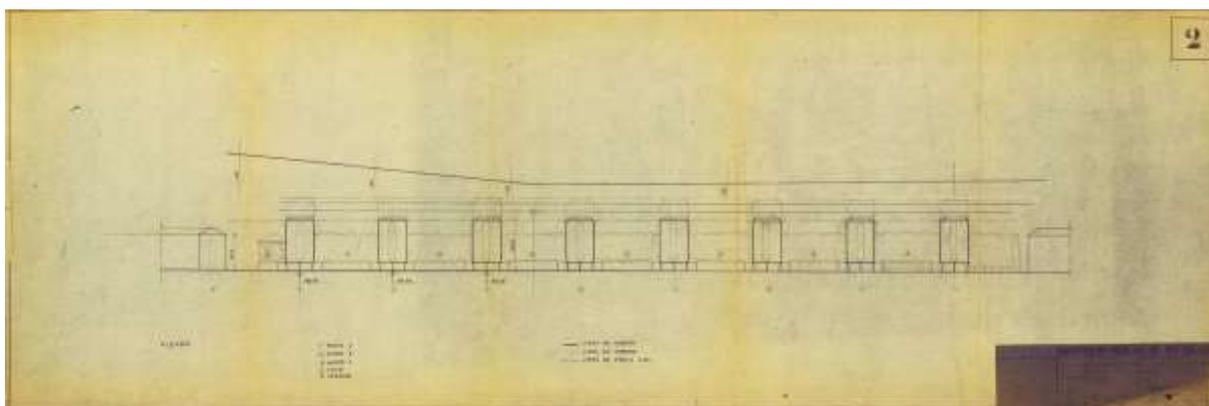
No perfil correspondente (Figura 17), enfatiza o alinhamento arbóreo ao longo da Rua Aprígio Mafra, fazendo-a atingir os últimos pisos dos blocos habitacionais, demonstrando assim o reconhecimento do papel da vegetação na composição e valorização do espaço urbano, bem como, no enquadramento de edifícios ou construções menos conseguidos, ou mal localizadas, como, segundo a sua opinião, constituía exemplo a Zona de Artesanato da Célula 3 a Sul deste Conjunto habitacional, e o muro que a delimitava em particular³⁴ (Figuras 19a e 19b).

Figura 16. Estudo de Aproveitamento do Terreno no Montepio Geral situado na Av. do Brasil. Atelier Arquitecto Jorge Segurado (1956).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0849 - Página 28.

Figura 17. Estudo de Aproveitamento do Terreno no Montepio Geral situado na Av. do Brasil. Perfil. Atelier Arquitecto Jorge Segurado (1956).



Fonte: AML.PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0839 - Página 25.

³⁴ Carta de Jorge Segurado de 25 de Novembro de 1963 dirigida ao Sr. Presidente da CML António Borges, onde expressa de forma veemente a necessidade de enquadrar as traseiras da Zona de Artesanato (Célula 3), manifestando igualmente o seu desagrado por ainda não estarem construídos os logradouros. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0311 - Páginas 12 e 13.

No projeto, Jorge Segurado segue as orientações do Estudo de Aproveitamento do Terreno quanto à orientação dos blocos habitacionais, definindo a sua edificação em sete pisos, com piso térreo vazado com pilotis, dando assim continuidade às intervenções no Bairro das Estacas e na Avenida dos EUA que marcavam o Movimento Moderno em Alvalade desde o início da década de 1950. Para o remate Sul do espaço entre os blocos habitacionais, projeta edifícios de um piso alternadamente para fins de comércio ou de garagem, seguindo aqui a definição do estudo.

Segundo Tostões (Tostões, 2002: 47), o autor assinala nesta intervenção um momento qualificadamente moderno, recriando, pelo revestimento dos blocos com azulejos de cor amarelo, a tradição lisboeta. Também por este revestimento, os blocos tornaram-se icónicos no Bairro de Alvalade e na Cidade de Lisboa, sendo referidos com os “Blocos Amarelos” (Fernandes, 1997: 28).

Figura 18a. Construção do Conjunto Habitacional do Montepio Geral (1961).



Fonte: AML | núcleo Fotográfico. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/I03261.

Nota: Arborização da Avenida do Brasil em primeiro plano.

Figura 18b. Construção do Conjunto Habitacional do Montepio Geral (1961).



Fonte: AML | núcleo Fotográfico. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCS/004/ARM/I00925.

Nota: Arborização da Avenida do Brasil em primeiro plano.

Figura 19a. Conjunto Habitacional do Montepio Geral (1964).

Fonte: AML | Núcleo Fotográfico. PT/AMLSB/CMLSB/AH/PCSP/004/AJG/S01190 -Página 1.

Nota: Fotografado a partir da Rua Aprígio Mafra. Relação desta com o muro que limita a Zona Artesanal (Célula 3)

Figura 19b. Conjunto Habitacional do Montepio Geral (1964).

Fonte: AML | Núcleo Fotográfico. PT/AMLSB/CMLSB/AH/PCSP/004/AJG/S01193 -Página 1.

Nota: Fotografado a partir da Rua Aprígio Mafra. Relação desta com o muro que limita a Zona Artesanal (Célula 3)

Do menor número de pisos adotado por bloco neste conjunto habitacional, apenas sete, em comparação com os adotados nos diversos troços da Av. dos EUA³⁵, resultaram espaços com uma área aproximada de 625 m², cerca de ¼ das áreas ocorridas nos conjuntos habitacionais do lado Norte da referida avenida.³⁶

A circulação pedonal entre os espaços delimitados pelos blocos habitacionais ocorre por baixo destes (Figuras 20a a 20c), tal como acontecia nos conjuntos habitacionais do lado Norte da Avenida dos Estados Unidos da América e no Bairro das Estacas. A circulação com a Rua Aprígio Mafra ocorre de forma dissimulada entre os blocos de

³⁵ O primeiro estudo desenvolvido pelo Arq. Joaquim Santiago e Areal e Silva para o Troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro, em respeito ao *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (1945) e da Planta de Divisão de Lotes da Avenida dos EUA (1951) previa 5 blocos perpendiculares à avenida com 9 pisos. O projeto de 1955 reduz o número de blocos para 4 com acréscimo de um piso (Costa, 2002: 115).

³⁶ Medições efetuadas com base em cartografia digital fornecida pelo Centro de Informação Urbana de Lisboa (CML | CIUL).

habitação e os edifícios no topo Sul (Figuras 21a a 21b), cujo desenho alude claramente à “*Maison Mono*” de Le Corbusier (Figura 22). Estes acessos, dissimulados, entre os jogos de pilotis, conferem maior intimidade aos espaços entre os edifícios, contrariamente às soluções do lado Norte da Avenida dos EUA onde os afastamentos entre os edifícios perpendiculares e paralelos à avenida os expõem de forma ostensiva.

Figura 20a. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.



Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre os logradouros paralela à avenida, utilizando o espaço entre pilotis.

Figura 20b. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.



Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre os logradouros paralela à avenida, utilizando o espaço entre pilotis.

Figura 20c. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.



Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre os logradouros paralela à avenida, utilizando o espaço entre pilotis.

Figura 21a. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.



Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre a Avenida do Brasil e a Rua Aprígio Mafra.

Figura 21b. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.



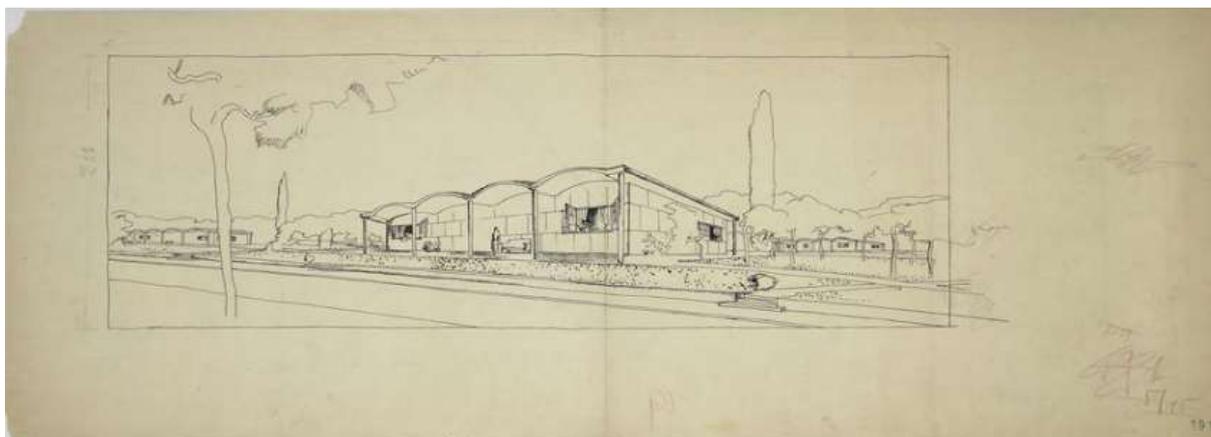
Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre a Avenida do Brasil e a Rua Aprígio Mafra.

Figura 21c. Conjunto Habitacional do Montepio Geral, na Av. do Brasil.

Fonte: Fotografias de Jorge da Rosa Neves de Dezembro de 2017.

Nota: Circulação entre a Avenida do Brasil e a Rua Aprígio Mafra.

Figura 22. Maison Monol (Ensaio de Le Corbusier, 1919).

Fonte: Sítio da Fondation Le Corbusier, acedido em 7 de Março de 2019.

O Projecto dos Ajardinados dos Logradouros do Montepio Geral

Quando Sousa da Câmara elabora o Projeto dos Logradouros³⁷ do Montepio Geral, em 1963-64, tem como cenário os maciços de vegetação dos Campus do Hospital Júlio de Matos e do LNEC a Norte e o ajardinamento e a arborização da Av. do Brasil e dos cruzamentos com as avenidas de Roma e Rio de Janeiro.

A localização do conjunto habitacional no centro da avenida contextualiza-o como elo de ligação e de reforço (para Sul) do corredor verde em implementação entre o Campo Grande e a Mata de Alvalade desde a década de 1930, marcado pelas dialéticas projetuais estabelecidas neste corredor, mas igualmente, ou sobretudo, nos projetos dos conjuntos habitacionais do lado Norte da Av. dos EUA por Ribeiro Telles e por Sousa da Câmara.

Embora o projeto constitua um exercício muito condicionado, desde logo, pela exiguidade dos logradouros quando comparados com os (ajardinados) da Av. dos EUA (cerca de ¼) e pelo maior ensombramento a que estão sujeitos decorrente do remate por edifícios a Sul, é lícito referir que este é informado pela experiência adquirida no âmbito

³⁷ Designação adotada no âmbito deste projeto pela 3ª Repartição da DST-E, após utilizar a designação de “ajardinados” nos conjuntos habitacionais precedentes (Av. Dom Rodrigo da Cunha, Bairro das Estacas e Av. dos Estados Unidos da América)

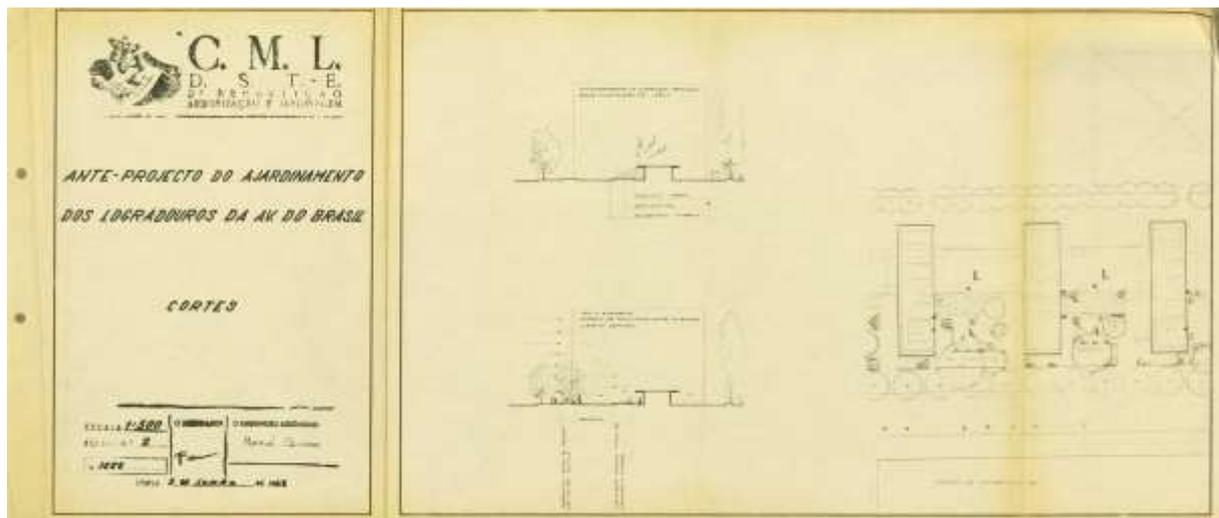
da 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem da DST-E e da dialética projetual estabelecida entre esta e as demais áreas técnicas envolvidas, com destaque para a arquitetura no seio das competências da DSUO.

Em suma, quando Sousa da Câmara elabora o anteprojecto em 1963 beneficia da sua experiência na Av. dos EUA, ocorrida quatro anos, de seis anos de experiência na edilidade, bem como do trajeto de treze anos após a entrada do primeiro arquiteto paisagista na CML, Manuel de Azevedo Coutinho (1950), da avaliação constante das premissas do relatório “A Arborização do Sítio de Alvalade” (1949) e da evolução do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* aprovado 18 anos antes (1945), para além de todos os projetos elaborados pelos colegas para o Bairro, nas diversas especialidades.

No anteprojecto, Sousa da Câmara observa, na análise bioclimática dos logradouros (Figura 23), as sombras, a temperatura e a velocidade e a turbulência do vento, bem como a relação estética dos logradouros com os edifícios, em particular com os edifícios que o rematam a Sul que, contrariamente ao ocorrido na Av. dos EUA, apresentam o alçado principal virado a estes.

Em resposta ao maior ensombramento do logradouro, Sousa da Câmara desloca as áreas de estadia para o centro, dispondo os bancos a Norte e a Nascente destas, valorizando assim o diálogo com os vãos dos edifícios dos topos Sul, as “Maison Monol”.

Figura 23. Ante-Projecto do Ajardinamento dos Logradouros da Avenida do Brasil (1963).

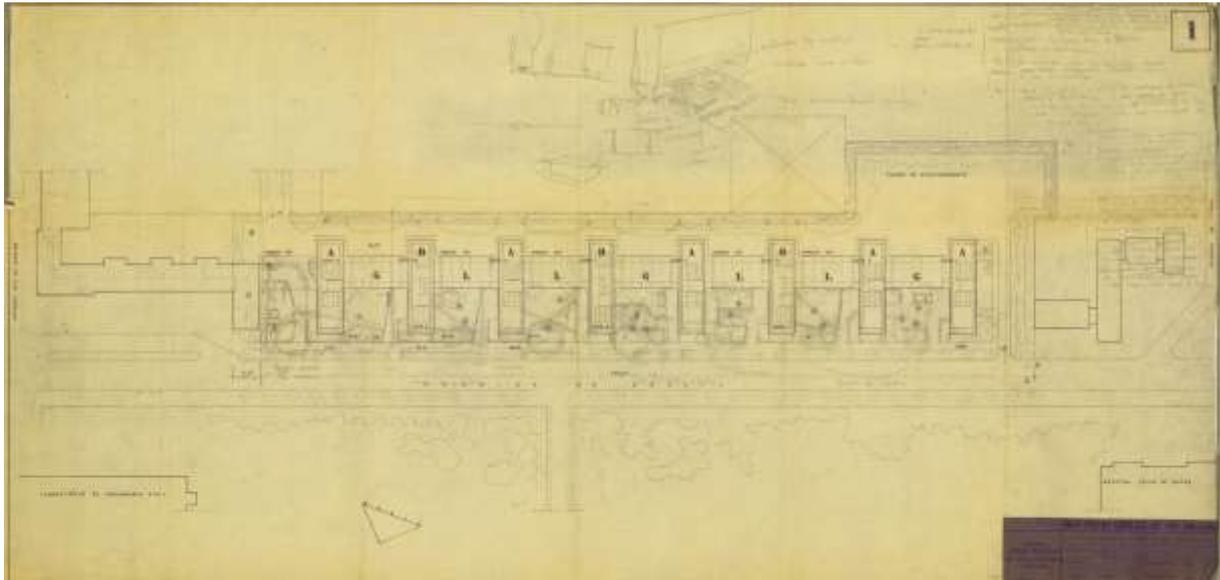


Fonte: AML PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0336, p.3.

(CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem)

Nota: Folha n.º 2 - Cortes, Esc. 1/500. Sousa da Câmara. 3 de Junho de 1963.

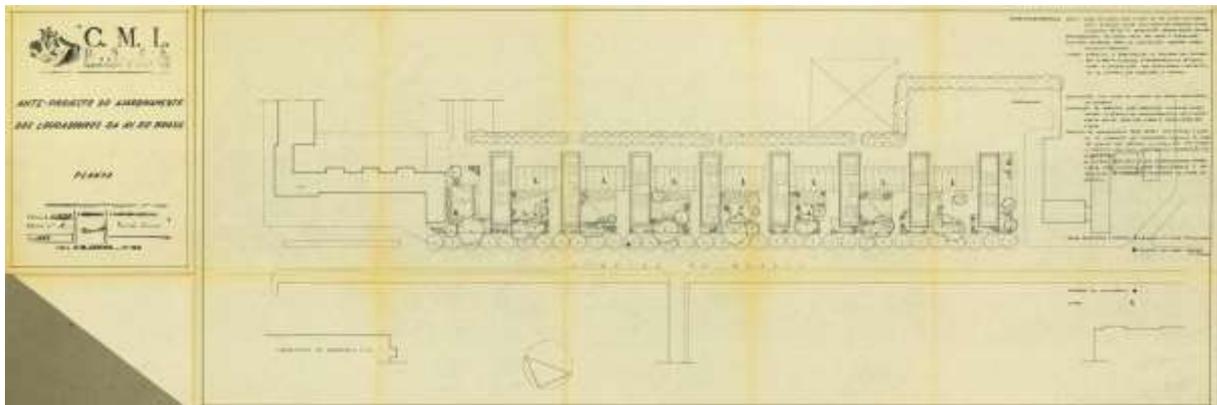
Figura 24. Esboços e análise dos logradouros que antecedem o Ante-Projecto (s.d.).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0876, p.1.

Nota: Sousa da Câmara, s.d.

Figura 25. Ante-Projecto do Ajardinamento dos Logradouros da Avenida do Brasil (1963).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0336 – p.2

(CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem)

Nota: Folha n.º 1 – Planta, Esc. 1500. Sousa da Câmara, 8 de Junho de 1963.

Estando arborizados os passeios da Av. do Brasil, que do lado do conjunto habitacional ocorre sobre faixa verde contínua, Sousa da Câmara, ainda em fase de Ante-Projecto enfoca, no contexto da arborização dos logradouros, o cuidado em não condicionar o acesso a estes por viaturas de emergência e de apoio às atividades comerciais a estabelecer nos edifícios do topo Sul. A este cuidado, acresce a opção de utilizar espécies de porte colunar para que não interfiram com o desenvolvimento das árvores da avenida, de copa mais arredondada, visando evitar alterações da perspectiva que se obtém no arruamento, e em particular, junto ao conjunto habitacional, seguindo assim as recomendações de Azevedo Coutinho para situações análogas (Câmara, 1949: 19-25).

A plantação de árvores no topo Norte dos logradouros, em complemento da arborização da avenida, para proteção dos ventos de Norte, é reforçada ao nível do canteiro pela plantação de arbustos, cuja altura, no entanto, não deveria comprometer a observação das lojas a partir do arruamento.

No esboço que antecede o anteprojecto, Sousa da Câmara reforça, sobre o “Estudo de Aproveitamento do Terreno” de Jorge Segurado, e não sobre a base da CML, a representação do alinhamento arbóreo ao longo do passeio da Rua Aprígio Mafra (Figura 24), a qual se interpreta como representativa da concordância com as observações do arquiteto sobre o remate da Zona Artesanal. Na formalização desta fase (Figura 25) e nas peças da fase de projeto (Figuras 26 e 27) o autor opta por uma representação mais contida.

A formalização de áreas de recreio infantil nos logradouros do Montepio Geral tem como antecedentes em Alvalade o projeto que Sousa da Câmara elaborou em 1959-60 para o troço da Avenida dos Estados Unidos da América entre as avenidas Rio de Janeiro e de Roma, e os projetos de Ribeiro Telles para esta avenida (anteprojecto em 1957 e projeto em 1958), bem como para o Bairro das Estacas (1953 e 1958)³⁸,

Na fase de Ante-Projecto, Sousa da Câmara apresenta uma proposta mais ambiciosa, relativamente aos projetos dos conjuntos habitacionais referidos, prevendo áreas para crianças em idade pré-escolar nos primeiro, quarto e quinto logradouros a contar de Nascente para Poente e um campo de jogos a Nascente do oitavo bloco habitacional (Figura 25).

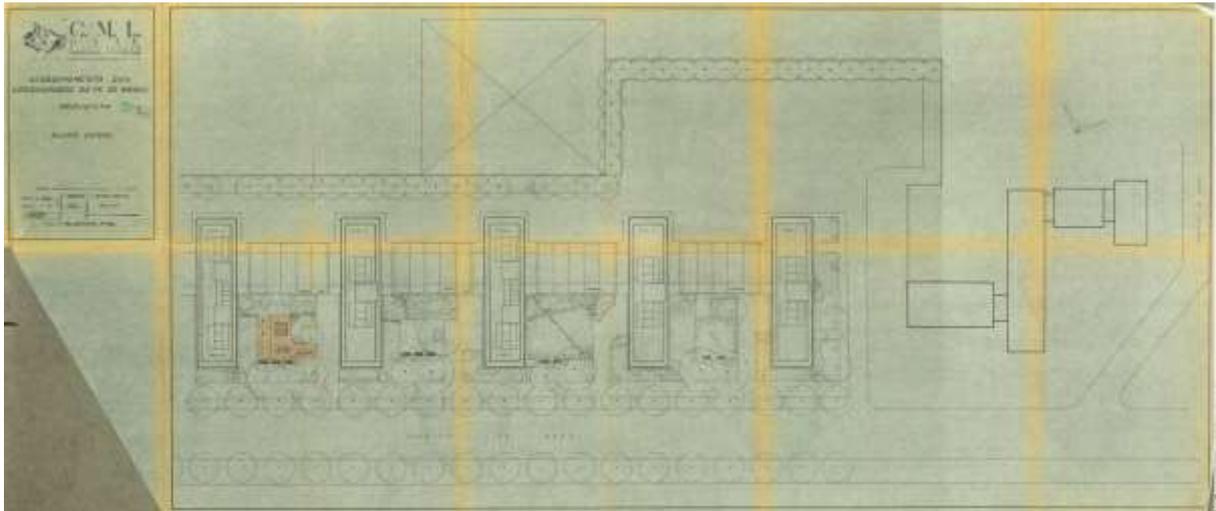
Em fase de Projeto, 1964, Sousa da Câmara, retoma a regra então gerada na Av. dos EUA de localizar o parque infantil no logradouro central, nomeadamente nos troços entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e a Av. de Roma e entre esta e a Av. Rio de Janeiro. No troço entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, no qual o conjunto habitacional engloba quatro ajardinados, os parques infantis encontram-se no segundo e no quarto (contando de Poente para Nascente). Interpreta-se esta opção (ou regra), como sendo uma estratégia para minimizar as distâncias entre os parques infantis e os edifícios, tal como no Plano do Sítio de Alvalade, os Centros Escolares foram localizados ao centro das Células Habitacionais na aplicação do “Conceito de Vizinhaça”. Seguindo esta regra, que simultaneamente traduz a racionalização da ocupação do espaço público, Sousa da Câmara centra o parque infantil no quarto logradouro (de Poente para Nascente) (Figura 26) e prevê ainda alguns equipamentos no sexto. Ainda em 1964, e já depois de estar concluído, o projeto é remodelado em sequência de exposição da Presidência do Montepio Geral, onde requiere a construção de dois acessos diretos entre a avenida e as lojas dos logradouros centrais (onde entretanto as lojas tinham sido reconvertidas em stands de automóveis) e o alargamento das faixas paralelas às lojas, solicitados pelos respetivos proprietários³⁹ (Figura 27).

³⁸ CML\DST-E. 3ª Repartição. Projecto de Ajardinamento da Zona Comercial da Célula 8 (Alvalade). Gonçalo Ribeiro Telles, 1953.

CML\DST-E\3ª Repartição – Arborização e jardinagem. Zona Comercial da Célula 8. Alvalade. Estudo de dois Recintos Infantis e um Jardim Juvenil, 1958.

³⁹ Ofício do Montepio Geral, n.º 188/64 LN/Im de 19 de Março de 1964. O Projeto de Remodelação foi aprovado pelo Vice-Presidente da CML por despacho de 15.12.1964 sobre ofício da DST-E n.º 1612/3.ª/T de 14.12.1964, onde é proposto a sua aprovação.

Figura 26. Ajardinamento dos Logradouros da Avenida do Brasil. Projecto (1963-64).

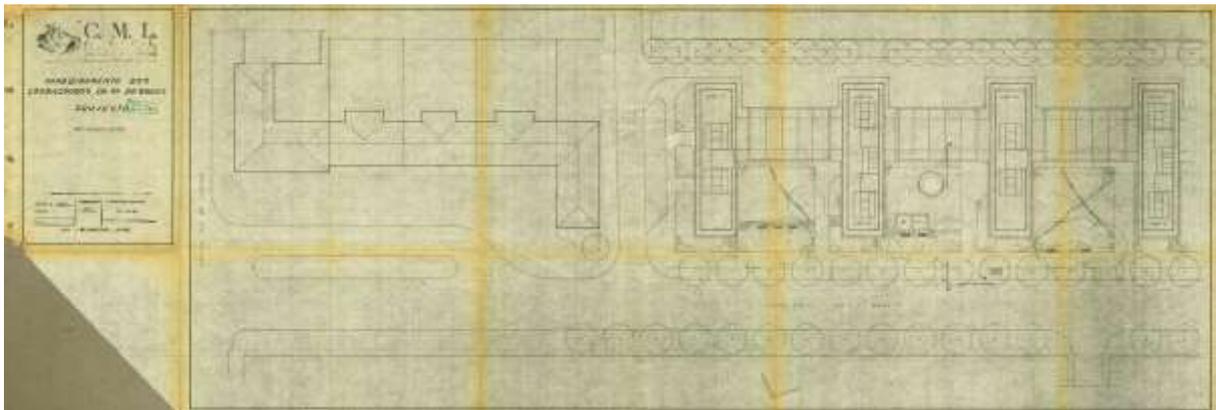


Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0849 – Página 9.

(CML\DST - E\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem)

Nota: Desenho n.º 2B – Plano Geral (Logradouros mais a Poente), Esc. 1/200. Sousa da Câmara, 15 de Novembro de 1964.

Figura 27. Ajardinamento dos Logradouros da Avenida do Brasil. Projeto. Remodelado (1964).



Fonte: AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0336 – Página 1.

(CML\D.S.T.- E.\3ª Repartição – Arborização e Jardinagem)

Nota: (Logradouros mais a Nascente) Sousa da Câmara, 15 de Novembro de 1964.

No projeto dos ajardinados dos logradouros do Montepio Geral, Sousa da Câmara importa materiais e soluções construtivas do projeto dos ajardinados da Av. dos EUA, nomeadamente a pedra, que utiliza na composição de pequenos muretes ou na pavimentação (sob a forma de lajedo), e os prefabricados que utiliza igualmente na pavimentação. Na sua aplicação, recorre a linhas ortogonais, promotoras de percursos mais objetivos, em resposta às reduzidas dimensões dos logradouros e à multiplicidade de percursos a contemplar, os quais teriam, naturalmente, reflexo favorável sobre a preservação e manutenção dos canteiros. Os traçados dos percursos, particularmente discretos quando localizado sobre os espaços verdes, refletem o exercício de potenciar a expressividade das áreas verdes no logradouro e da sua continuidade entre logradouros.

Desta forma, Sousa da Câmara respondia aos três vértices da sua forma de projetar: a estética, onde as soluções simples e próximas da natureza constituíam as mais belas; a funcionalidade, na procura da relação entre a dimensão

do espaço e a função a que este se destina, e por último, a economia, onde, sempre que possível, deveriam utilizar-se soluções com baixo custo de instalação e manutenção (Cunha, 2015: 27-28).

Na composição dos logradouros, utiliza na pavimentação:

“Lajedo Rectangular Irregular” composto por lajes de pedra com 0.30x3.30 e 0.60x0.70 m, nas áreas centrais de estadia (Figura 29) e na ligação direta entre os logradouros (Figura 20a). Utiliza ainda este material na delimitação dos canteiros (Figura 29), como Ribeiro Telles utilizou no projeto do cruzamento das avenidas de Roma e do Brasil;

“Lajedo Irregular” composto por lajes de pedra de dimensão e contorno irregular, na ligação entre os logradouros sobre espaços verdes (Figura 20c), bem como na delimitação de áreas com equipamentos de contorno circular (Figura 27). Na Av. dos EUA, utiliza-o na pavimentação de zonas com bancos (ajardinado poente) (Câmara, 1959).

“Blocos de betão hexagonal” no logradouro entre os lotes 3, 4 e 5, solução que havia projetado na Av. EUA para as faixas de transição entre os pisos térreos dos edifícios e os ajardinados contíguos a nascente (Câmara, 1959).

“Lajes de Betão” na ligação direta entre os topos Norte dos pisos térreos dos edifícios e o passeio da Av. do Brasil, tal como tinha utilizado na Av. EUA na relação com a Rua Silva e Albuquerque a Norte.

Havendo uma grande sobreposição de materiais e de soluções construtivas entre os dois projetos, observa-se no Projeto do Montepio Geral um desenho mais funcional e objetivo e, como tal, mais racional, para o qual terão contribuído as dimensões dos logradouros e a maior experiência do autor.

As linhas retas e os planos ortogonais adotados nos pavimentos aproximam a conceção do logradouro das linhas arquitetónicas dos edifícios, contribuindo assim para um conjunto arquitetónico com uma leitura mais uniforme, quando comparado com os projetos dos conjuntos habitacionais da Av. dos EUA.

Figura 28a. Conjunto Habitacional do Montepio Geral na Av. do Brasil.



Fonte: Jorge da Rosa Neves, Dezembro de 2017.

Nota: Utilização de muretes e lajedo de pedra na delimitação e composição do ajardinado.

Figura 28b. Conjunto Habitacional do Montepio Geral na Av. do Brasil.



Fonte: Jorge da Rosa Neves, Dezembro de 2017.

Nota: Utilização de muretes e lajedo de pedra na delimitação e composição do ajardinado.

Figura 29a. Conjunto Habitacional do Montepio Geral na Av. do Brasil.



Fonte: Jorge da Rosa Neves, Dezembro de 2017.

Nota: Utilização de lajedo de pedra nos pavimentos e na delimitação de canteiros.

Figura 29b. Conjunto Habitacional do Montepio Geral na Av. do Brasil.



Fonte: Jorge da Rosa Neves, Dezembro de 2017.

Nota: Utilização de lajedo de pedra nos pavimentos e na delimitação de canteiros.

A disposição da vegetação por Sousa da Câmara permite interpretar a intenção de, em conjugação com a disposição do mobiliário urbano, proporcionar intimidade aos logradouros, nomeadamente, pela plantação de maciços arbustivos na proteção das costas dos bancos (expostas à avenida), bem como na proximidade das entradas a partir da Rua Aprígio Mafra, dissimulando-as ainda mais.

As faixas verdes que acompanham a Sul as “*Maison Monol*”, predominantemente revestidas por herbáceas vivazes, asseguram a necessária luminosidade a estas, ao mesmo tempo que asseguram o distanciamento em relação às áreas de estadia e recreio, em particular, as vocacionadas para o recreio infantil.

Os topos Nascente e Poente dos logradouros, envolvendo as zonas de estadia, revestidos por relvados asseguram a perceção de continuidade, permitindo assumi-los como um, embora com lógicas de pormenor que os valorizavam do ponto de vista estético e da polivalência lúdica (Fig. 26).

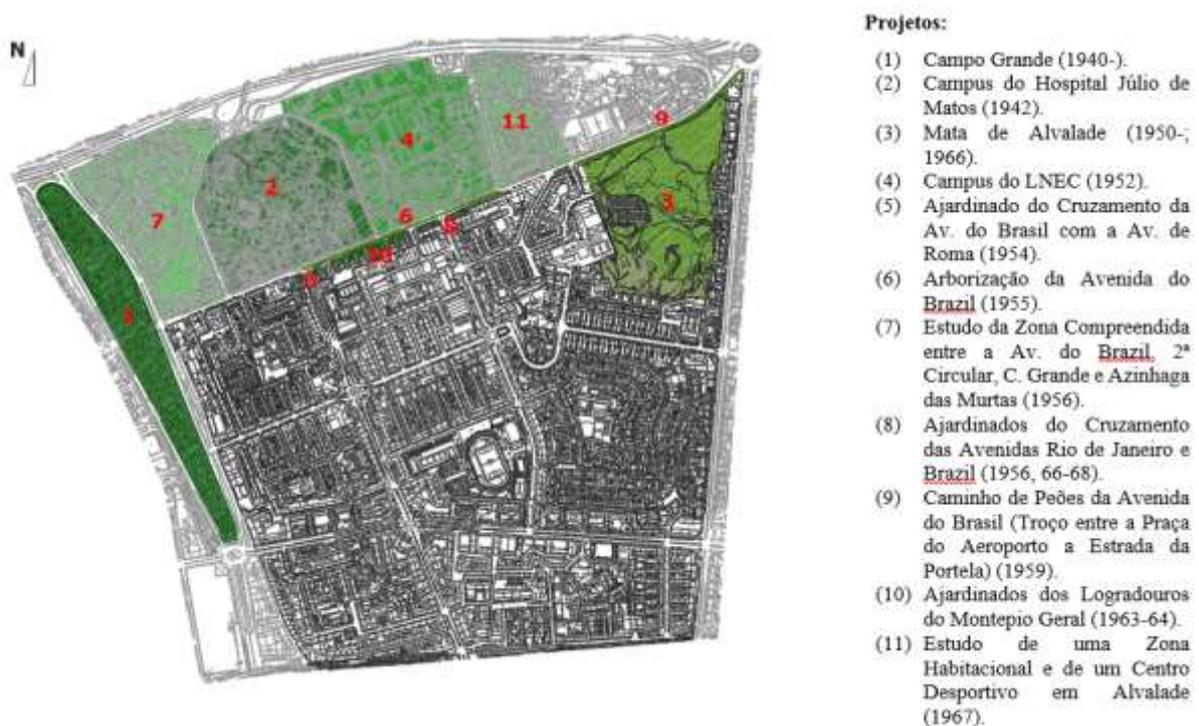
O levantamento aerofotogramétrico da década de 1970 (IGC, 1970) permite observar na Av. do Brasil o conjunto habitacional do Montepio Geral e os cruzamentos com as avenidas de Roma e Rio de Janeiro de acordo com os projetos elaborados na década de 1950 e 1960, que em muito contribuíram para a valorização da avenida enquanto corredor pleno de referências arquitetónicas, no âmbito da arquitetura, da arquitetura paisagista e do diálogo projetual estabelecido entre ambas.

Na Figura 30 simula-se o Corredor Verde entre o Campo Grande e a Mata de Alvalade com base nos projetos construídos ou projetados, anteriormente referidos, onde se observa a posição central do Conjunto Habitacional do Montepio Geral.

A importância crescente deste corredor na cidade levou a que o mesmo tenha sido proposto como integrante do “Corredor Semi-Contínuo da Cidade Moderna” entre os Olivais e o Campo Grande no Plano Verde de Lisboa (1997). Neste, os espaços verdes resultantes das expansões mais recentes do Bairro, que acompanharam a lógica de composição dos diversos conjuntos habitacionais, em particular, os que marcaram a arquitetura do Movimento Moderno em Alvalade, assim como os espaços verdes intersticiais, são propostos a integrar o “Sistema Descontínuo da Cidade Tradicional”, permitindo assim estabelecer pontos de conexão com o interior da Cidade (Telles, 1997: 86-87).

Atualmente, os logradouros da Av. do Brasil, tal como os demais do Bairro de Alvalade, representam “uma estrutura verde ímpar na cidade de Lisboa”, fazendo parte do “Corredor Verde Central” que integra a Nascente a Cidade Universitária, o Estádio Universitário e o Campo Grande e a Norte os Campus do LNEC o do Hospital Júlio de Matos.⁴⁰

⁴⁰ Sítio da CML | Corredor Verde Central, acessido em 10 de Março de 2019.

Figura 30. Simulação do Corredor Verde entre o Campo Grande e a Mata de Alvalade (1940-1970).

Fonte: Jorge da Rosa Neves, com base em cartografia disponibilizada pela CML | CIUL.

Notas conclusivas

A análise sistemática dos projetos para a Avenida do Brasil e seus cruzamentos, em particular, os elaborados no âmbito das competências da 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem da DST-E da CML nas décadas de 1950 e 1960, permite uma leitura de continuidade entre os projetistas, perceptível na forma como abordam o espaço público, em particular, quando este resulta ou se encontra muito condicionado pela envolvente edificada.

Ganha relevo nesta análise a importância dos planos que informaram a construção do Bairro de Alvalade, nomeadamente, o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (Faria da Costa, 1945), o *Plano Director de Urbanização de Lisboa* (*Plano* De Gröer, 1948) e o *Plano Director de Urbanização de Lisboa - PDUL* (1958), que de forma contínua foram cimentando e promovendo bases para a qualificada arborização e conceção dos espaços verdes, com reflexo cumulativo sobre o espaço urbano do bairro e da cidade. Para tal, terão contribuído igualmente de forma influente os arquitetos paisagistas consultados e, no caso do *Plano Director de Urbanização de Lisboa* de 1958, os que colaboraram com a equipa técnica, Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Ferreira Fontes.

No contexto do projeto de arborização dos arruamentos, mas igualmente da conceção geral dos espaços verdes, merece referência o relatório “A Arborização do Sítio de Alvalade” elaborado por Manuel de Azevedo Coutinho em 1949, pela análise crítica que faz aos espaços verdes (livres) decorrentes das opções tomadas em sede do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, à data, muitos deles já delimitados, bem como sobre as recomendações que tece sobre a forma de os conceber na lógica da sua promoção como espaços de recreio, e não apenas de enquadramento, o que servirá de bitola para os projetos que irão suceder posteriormente, quer por sua autoria, quer por autoria dos restantes colegas.

A observância deste relatório pelos arquitetos paisagistas que foram integrando os quadros da CML, com formação base em agronomia, à qual somaram as competências de ordem estética e ecológica proporcionadas pela frequência do Curso Livre de Arquitetura Paisagista ministrado no ISA por Francisco Caldeira Cabral, terá constituído fator

determinante para o estabelecimento de um elenco botânico com predominância de espécies características da paisagem e dos jardins portugueses, cuja ordem segundo planos de plantação, proporcionou unidade no espaço urbano, reflexo do entendimento das virtudes da aplicação do conceito do *continuum naturale* na cidade, e que que ainda hoje se pode observar na Av. do Brasil e no Bairro de Alvalade.

A abordagem ao Estudo de Ocupação do Terreno do Conjunto Habitacional do Montepio Geral da CML pelo arquiteto Jorge Segurado e ao projeto dos ajardinados para os seus logradouros por Sousa da Câmara em 1963-64, permite interpretar, em ambos, a consciência da presença da vegetação no “corredor verde” em formação, bem como o papel que esta pode desempenhar no enquadramento e valorização dos projetos de arquitetura.

A dialética projetual subjacente à relação entre os projetos de Jorge Segurado, arquiteto, e de Sousa da Câmara, arquiteto paisagista, ocorre como exemplo marcante, como outros ocorridos em Alvalade, no entanto, com o benefício temporal de quase duas décadas sobre a aprovação do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (1945) e de quinze anos sobre as primeiras intervenções arquitetónicas que caracterizam o Movimento Moderno em Alvalade, os Conjuntos Habitacionais da Avenida D. Rodrigo da Cunha e do Bairro das Estacas, em 1949, bem como sobre ação dos arquitetos paisagistas na Câmara Municipal de Lisboa e no espaço urbano de Bairro de Alvalade, igualmente a partir deste ano.

O Projeto dos Logradouros do Montepio Geral constitui uma das heranças da dialética projetual entre arquitetos e arquitetos paisagistas que, pela qualificação do espaço urbano daí decorrente, potenciou a afirmação da arquitetura do Movimento Moderno e da arquitetura paisagista em Alvalade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APHA - Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte (2019) *Carta de Atenas (1933)*, disponível em <http://www.apha.pt/wp-content/uploads/boletim1/CartadeAtenas1933.pdf>, acedido em 10 de Março de 2019.

Bettencourt da Câmara, M. T. P. M. C. M. (2015) *Contributos da Arquitectura Paisagista para o Espaço Público de Lisboa (1940-1970)*. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Ecologia Urbana (Orientado pela Professora Auxiliar Teresa Dulce Portela Marques). Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2015.

Caldeira Cabral, F., Ribeiro Telles, G. (1960) *A Árvore em Portugal*. Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Centro de Estudos de Urbanismo, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1960.

Caldeira Cabral, F. (1993) *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa, 1993. ISBN: 972-8083-12-2.

Câmara Municipal de Lisboa (1945) *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*. Memória Descritiva e Justificativa.

Câmara Municipal de Lisboa (1945b) *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*. Esquema da Distribuição dos Diferentes tipos de Edifícios, Esc.1/2.500.

Câmara Municipal de Lisboa (1945c) *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*. Perfis Transversais Tipo. Esc. 1/100.

Câmara Municipal de Lisboa (1947) *Contrato para a execução de obras a realizar no Jardim do Campo Grande pelo Arquitecto Keil do Amaral*. 13 de Março de 1947.

Câmara Municipal de Lisboa (1948) Relatório do Plano Director de Urbanização de Lisboa. 1ª Parte. Análise do Estado Actual. B - Espaços Livres, p.70-80.

Câmara Municipal de Lisboa (1948a) Relatório do Plano Director de Urbanização de Lisboa. 2ª Parte. Previsões do Plano Director. Volume 1. C - Melhoramento das Circulações. II – Rede Rodoviária. 4 - Projectos Anteriores ao Plano Director e Incluídos neste, p59-60.

Câmara Municipal de Lisboa (1948b) Relatório do Plano Director de Urbanização de Lisboa. 2ª Parte. Previsões do Plano Director. Volume 2. E – Saneamento e Melhoramento dos Alojamentos e Lugares de Trabalho. 5 – Princípios de Edificação, p.42-49.

Câmara Municipal de Lisboa (1949) A Arborização do Sítio de Alvalade.

Câmara Municipal de Lisboa (1958) Plano Director de Urbanização de Lisboa (1958). Vol. 1: Lista dos Técnicos.

Câmara Municipal de Lisboa (1959) Avenida dos Estados Unidos da América, no Troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro. Desenho n.º 6 – Pavimentos, Esc. 1/200. Manuel Sousa da Câmara.

Câmara Municipal de Lisboa (1963) Ajardinamento dos Logradouros da Av. do Brasil. Projecto. Desenho n.º 4B - Pavimentos e Rega. Sousa da Câmara, 15 de Novembro de 1963.

Câmara Municipal de Lisboa (2019) Corredores Verdes, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes>, acedido em 7 de Março de 2019.

Câmara Municipal de Lisboa (2019) Plano Director de Lisboa. Evolução do Plano Director de Lisboa. Plano Geral de Urbanização e Expensão de Lisboa - *PGUEL* (Étienne de Gröer) – 1948, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

Câmara Municipal de Lisboa (2019) Toponímia, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/resultados>, acedido em 7 de Março de 2019.

Castelo Branco, F. (2000) “Bairro de Alvalade” in *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, Vol. 5, Tomo 4, Parte 2, pp.218-219.

Costa, J. P. (2002) *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*. Livros Horizonte. Faculdade de Arquitectura, 2002. ISBN: 972-24-1198-5.

Costa, J. P. (1997) Bairro de Alvalade: Considerações sobre o Urbanismo Habitacional, Vol. I. Tese de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna (orientado pelo Professor José M. Ressano Garcia Lamas).

Cunha, A. (2015) Análise e Interpretação de obras de arquitectura paisagista de Manuel de Sousa da Câmara (1929-1992). Dissertação para obtenção do Grau de Mestre. Instituto Superior de Agronomia (ISA), 2015.

Fernandes, J.M. (1997) “As Avenidas de Lisboa” in *Lisboa em Obra(s)*, pp.21-33.

Ferreira, Victor Matias (1987) Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império – a «modernidade» da urbanização e o «autoritarismo» do Plano Director de Lisboa, 1938-1948. in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, pp.359-375. Vol. II, Lisboa.

Fondation Le Corbusier (2019) Maisons Monol, disponível em http://fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6012&sysLanguage=en-en&itemPos=114&itemSort=en-en_sort_string1%20&itemCount=215&sysParentName=&sysParentId=65, acedido em 7 de Março de 2019.

IGC - Instituto Geográfico e Cadastral (1970) Levantamento Aerofotogramétrico de 197- de atualização do levantamento de 195-, Folhas 10-P (1970)/11-P(1970/78). Gabinete de Estudos Olissiponenses.

ISA - Instituto Superior de Agronomia (2019) Francisco Caldeira Cabral, disponível em https://www.isa.ulisboa.pt/files/id/caldeira-cabral/Francisco_Caldeira_Cabral.pdf, acedido 10 de Março de 2019.

ISA - Instituto Superior de Agronomia (2019) Mário de Azevedo Gomes, disponível em https://www.isa.ulisboa.pt/files/id/azevedo-gomes/Mario_de_Azevedo_Gomes.pdf, acedido 10 de Março de 2019.

LNEC (2019) O Campus do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Monumento de Interesse Público. 70 Anos (1946-2016), disponível em http://www.lnec.pt/fotos/editor2/lnec70_book_final.pdf, acedido em 10.03.2019.

Lino, R. (1992) *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. 11.ª Edição. Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia. Lisboa. ISBN: 972-8028-25-3.

Portal do Jardim (2019) Prof. Francisco Caldeira Cabral, disponível em <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia/a-formacao-de-arquitecto-paisagista-a-escolha-de-berlim/>, acedido em 10.03.2019.

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (2019) Hospital Júlio de Matos, disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5051, acedido em 10 de Março de 2019.

Telles, G. R. (Coordenação) (1997) Plano Verde de Lisboa. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa. Edições Colibri, Lisboa, Outubro de 1997. ISBN: 972-8288-743.

Tostões, A. (1998) “Plano de Urbanização da zona Sul da Avenida Alferes Malheiro”, in *Arquitectura do século XX: Portugal*, p.194.

Tostões, A. (2002) “Alvalade, uma experiência pioneira de habitação colectiva: quando a habitação é capaz de fazer cidade”, *J-A. Jornal arquitectos*, n.º 204 Jan-fev. 2002, p.42-47.